

JORNAL DO I CONGRESSO

dos Trabalhadores em Educação no DF

PORTE PAGO

DR/BSB

ISR-47-176/83

AO PROFESSOR
JOSÉ RONALDO BATISTA DE MELO
RUA CORREA PAZ 31
57200 PALMEIRA DOS INDIOS AL.



Publicação do Sindicato dos Professores do DF e do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar do DF

outubro de 1987



Fim dos tabus: auxiliares e professores unidos na luta e na CUT

Para nós, diretorias do SINPRO e do SAE, é até difícil verbalizar, a emoção, a felicidade, o sentimento de vitória que tomaram conta de nós na preparação do I Congresso, durante a sua realização e após seu término.

Ficou claríssimo que unir nossas duas categorias neste evento, mais do que um acerto, é uma atitude que deve ser a que daqui por diante, sempre adotaremos.

Não é apenas de professores e alunos que é feito o processo ensino-aprendizagem.

Neste I Congresso, derrubamos três tabus:

1º — «Os funcionários não são aqueles trabalhadores ignorantes que vão atrás do professor carregando o giz ou vão perguntar se ele precisa de alguma coisa ou varrer a sala depois que a aula magna se encerrou. Os trabalhadores da escola,

por mais simples, por menos qualificada que seja sua função, cumprem um papel educativo no interior do ambiente escolar.

Professor não pode sentar-se com auxílio para discutir os rumos da educação». Pode e deve, como aconteceu em nosso I Congresso!

2º — «Professor não é um trabalhador, pois tem uma função suprema, um sacerdócio, uma nobre missão. E por esta função sacerdotal, assim como padres, não reivindicam salários. É uma humilhação professor pedir salário, uma deseducação para seus alunos, ficar reclamando que está ganhando mal, ou dizer que o dinheiro que ganha não dá nem para comer».

Os professores de todos os graus não mais acreditam nisso e vão à luta por seus direitos, com todas as forças!

3º — «Trabalhador não tem que discutir política».

Pois bem, durante três dias, exaustivamente, auxiliares e professores discutiram política nacional, educacional e sindical, fizeram propostas nos três níveis e, com certeza, irão à luta pela concretização de todas elas!

Ficou patente, também, para todos qual é a diferença de qualidade política entre um evento promovido pelos patrões e por nossas entidades. Ao invés da preparação para aceitar fatores inibidores, a preparação, a disposição para brigar por tudo que é nosso, de direito!

É preciso que todos os companheiros trabalhadores em educação que não participaram do I Congresso saibam que, entre outras coisas importantes, lá foi decidido que:

— AS RELAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES NA ESCOLA

SEJAM REGIDAS PELA MAIS AMPLA SOLIDARIEDADE E COMPREENSÃO, SEM PRECONCEITOS.

Isto é muito sério e deve ser seguido à risca. Sem corporativismo, sem reacionarismo, com a clareza de que somos todos trabalhadores, pertencemos todos a uma mesma classe, vamos juntos, realmente construir, por decisão política, única e exclusivamente nossa, com toda a comunidade, a escola que realmente interessa à classe trabalhadora.

Os delegados professores presentes, em sua maioria absoluta, decidiram filiar o SINPRO-DF à Central Única dos Trabalhadores, entendendo a necessidade de unificar as CUT e por ter clareza de que a CUT é a Central que cumpre este papel.

Diretorias do SAE e do SINPRO

AO LEITOR,

Se este jornal não saiu tão bom quanto o I Congresso dos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal, pelo menos fazê-lo foi, antes de tudo, ouvir novamente todas as palestras, debates e discussões realizadas nos três dias do Congresso.

A toda hora nos assaltavam dúvidas como: não estamos resumindo muito as palestras? Não estamos fazendo um jornal muito

longo? Tudo que aconteceu no Congresso foi importante e tem que ser repassado a todos: essa é uma conclusão de que não podíamos fugir.

Assim, optamos por reproduzir o máximo possível das palestras, todas as resoluções, os manifestos, moções, etc, recomendando que leiam um pouquinho a cada dia, mas leiam tudo!

Na abertura, presença maciça e apoios

O auditório Planalto do Centro de Convenções mostrou-se pequena para abrigar todos os que prestigiam a abertura solene do I Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF.

A coordenação da Mesa ficou sob a responsabilidade de Carlos Henrique e da professora Lúcia Carvalho, que chamavam os oradores para saudar o I Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF.

O companheiro Wálter Peninha ao falar aos congressistas em nome do SINPRO-DF, agradeceu a confiança depositada nas diretorias do SINPRO e do SAE expressa pela maciça presença de todos.

Fala das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da educação e de suas condições de trabalho, em seus baixos salários, em seus movimentos, no aprofundamento das disparidades sociais, da injustiça social, da situação das crianças, censurou o fato de o Brasil investir muitos recursos na indústria bélica.

Enalteceu a união das duas categorias ali presentes e propõe uma união maior de todos os trabalhadores, em nível local e nacional, dentro de uma Central Sindical para dar um basta à situação de miséria, fazendo a reforma agrária, a estatização das empresas de serviços essenciais, construindo uma sociedade socialista.

Denunciou a política administrativa da DEDF de buscar pessoas que serviam à ditadura. Enalteceu também os trabalhadores em Educação pelo trabalho que desenvolvem, apesar das condições.

Em nome do SAE, José Eudes, denunciou, em 1º lugar, a conspiração do Congresso Constituinte contra os trabalhadores, as mentiras da "Nova República" e chamou os trabalhadores ao único caminho que nos resta: a luta, a mobilização para enfrentar tudo de ruim que está delineado no horizonte. Pregou a união sob a bandeira da Central Única dos Trabalhadores, para, juntos, construirmos uma nação livre e democrática de fato.

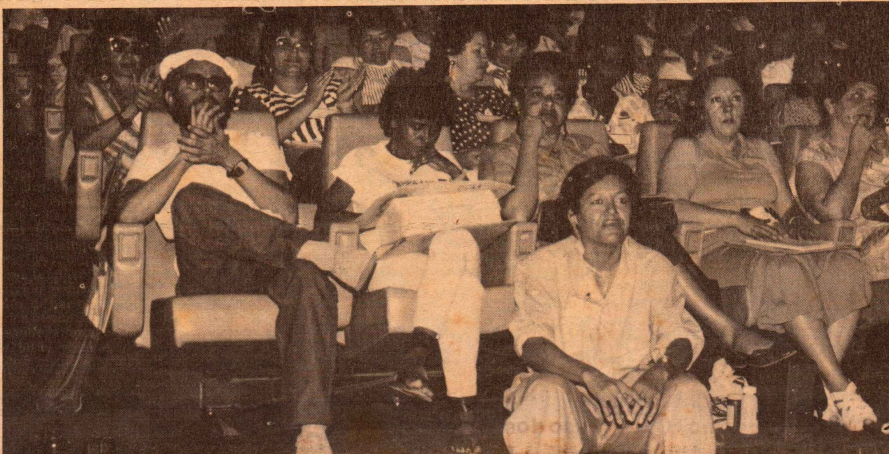
A seguir, o reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Buarque, falou da importância do I Congresso que se realiza neste momento histórico. Falando de democracia e educação, disse:

"Não é possível construir democracia sem a Educação; não é possível fazer Educação sem os trabalhadores que a ela executam. Educação é um meio de fazer democracia e a democracia é um meio de fazer educação".

Sobre a necessidade da participação:

"Como é que cada um de nós vai fazer a democracia do País? Como é que nós vamos fazer a democracia na casa da gente? Ao falar da administração democrática das escolas, das Secretarias de Educação, insistiu na necessidade de que todos tenham acesso à educação, do sistema universitário em diante, e da falta de uma firme decisão política de definição das prioridades. Critica os baixos salários dos professores e reivindica mais verbas para educação. Adenda um dos "slogans" do I Congresso: "País real de democracia nas escolas para que possamos ter uma real democracia no País". Cita o discurso de Peninha quando concordou que não podemos deixar os sindicatos, cada um lutando para um lado: "Se cada sindicato luta pelos seus interesses, vira corporativo, vira interesse corporativo e isso não conduz a democracia ao País inteiro, até mesmo quando conduz a democracia dentro da categoria. É preciso que o Sindicato dos Professores se una a todos os sindicatos dos demais trabalhadores para que eles apóiem nossa luta de democracia interna mas que nós tenhamos a perspectiva de que nossa democracia é para servir aos outros trabalhadores, também, e talvez até principalmente porque muitos deles são até mais necessitados que nós".

Os professores Oswaldo Maciel, da ANDES e Tomás Vonghon, da CPB abriram mão da palavra, para se manifestarem durante as atividades da tarde, nas palestras de edu-



Os delegados ao Congresso acompanham atentos os discursos da abertura

Composição da mesa e convidados

Carlos Henrique Lustosa — Presidente SAE
Lúcia Helena de Carvalho — Presidente SINPRO
José Eudes de Oliveira — Secretário Geral SAE
Walter Nei Valente — Vice-Presidente SINPRO
Prof. Cristóvam Buarque — Magnífico Reitor UNB
Prof. Tomás Gilian de Luca Vonghon — Presidente da Confederação dos Professores do Brasil — CPB
Prof. Oswaldo Maciel — Prof. da Univ. Federal de Santa Catarina, representando a ANDES — Assoc. Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Luís Cassemiro dos Santos — Presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas do DF — APA
Renildo de Souza — Vice-presidente da CGT — Central Geral dos Trabalhadores — Região Nordeste, representando a CGT.
Pedro Celso — Presidente do Sindicato dos Rodoviários-DF e vice-presidente da CUT-DF, representando a Central Única dos Trabalhadores.
Foram anunciadas também as presenças dos companheiros:
Luís Carlos da Silva — Tesoureiro da CPB e representante da Assoc. de Professores do Ensino Oficial de São Paulo — APEOESP.
Júlio Turra — SINPRO — ABC — SP.
Maria Laura Salles Pinheiro — Vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais — DF e dirigente da CUT-DF.
Leticia Borges — Sindicato dos Jornalistas
Romualdo Silveira — Sindicato dos Médicos - DF
Noeme Diná Silva — Centro dos Professores de Goiás, CPG
Maria Luíza da Silva — Assoc. dos Trabalhadores da SAB
Ricardo Alvarez — SINPRO — ABC — SP
Ciríaco Maurício da Silva — Centro dos Professores de Goiás - CPG
Viridiano Custódio — Assoc. Comunitária do Setor O
Manoel João de Lima — CPG
Ângela Luíza Bezerra — Pres. Assoc. Orientadores Educacionais - DF
Oswaldo Santos — Representando a Assoc. dos Professores de Alagoas — APAL.
João Evangelista — Sindicato dos Rodoviários - DF
Jacé Afonso (bancário) — Secretário de Política Sindical — CUT-DF.
Agnelo Queiroz — representante do Partido Comunista do Brasil — PC do B.
Josias R. da Silva — Sindicato dos Rodoviários - DF
Wellington T. Gomes — representando a FITEE.
Edmundo Bonesso — representando o Conselho de Defesa da Paz — Condepaz

cação. Assim, manifestou-se, em seguida, Luís Cassemiro dos Santos representando a APA — Associação de Pais de Alunos.

Renildo de Souza, saudou calorosamente o I Congresso dos Trabalhadores em Educação, em nome da CGT. Falou do abandono em que se encontra a Educação. Criticou o governo Sarney, o presidencialismo e a Assembleia Nacional Constituinte que vem massacrando os direitos dos trabalhadores. Conclama todos à pressão popular sobre a Constituinte, assim como sobre a classe dominante brasileira que é reacionária e subdesenvolvida.

Pedro Celso, presidente do Sindicato dos Rodoviários-DF e vice-presidente da CUT-DF, em nome da Central Única dos Trabalhadores saudou o I Congresso, manifestando confiança em que os congressistas tirariam dele as decisões mais acertadas no que se refere à Educação, à Conjuntura Nacional e ao Sindicalismo. Criticou a Constituinte, os pacotes, o pagamento da dívida. Colocou nas mãos dos trabalhadores a tarefa de derrubar a opressão e construir a liberdade. Conclamou os trabalhadores em educação a discutir na Sala de aula os problemas do país, a fazer a política que interessa aos trabalhadores para elevar o nível de consciência crítica e política dos alunos. Falou contra o corporativismo e a legislação sindical fascista e da necessidade de construir uma Central Sindical forte e independente, combatendo o sindicalismo "de resultados". Pregou o socialismo denunciando também a investida do Governo, via PMDB, que tenta, no movimento sindical, desarticular aquelas direções do movimento que são combativas. Recusou a unidade com pelegos, chamando todos à construção da sociedade socialista.

Nesse ponto a professora Lúcia Carvalho: "Esse I Congresso representa um passo na luta pela união dos trabalhadores em educação, um passo na união e na luta dos trabalhadores do DF e dá mais um passo na luta de todos os trabalhadores do Brasil e do mundo porque nossa causa, a nossa luta, ela é internacional".

Nesse momento, a Mesa e o plenário cantaram o hino da classe trabalhadora de todo o mundo: A INTERNACIONAL, encerrando-se, assim, a abertura solene do I Congresso.

Educação

I - Encaminhamentos de organização e de luta

Os trabalhadores em Educação têm se destacado como um setor que tem exercido pressão constante sobre o Congresso Constituinte. Na defesa da aposentadoria aos 25 anos, das verbas públicas para as escolas públicas, apoiando emendas populares de interesse dos trabalhadores, várias entidades da Educação já realizaram caravanas a Brasília, campanhas de telegramas, visitas a deputados e senadores.

Entretanto é necessário unificar os esforços junto a todos aqueles setores, como os trabalhadores rurais, que defendem emendas populares e que se dirigem à Constituinte. Sabemos que o destino reservado à nossa aposentadoria, ao Ensino Público e Gratuito, será o mesmo reservado às grandes reivindicações sociais e econômicas de nosso povo: serem negadas pela maioria dos constituintes, se não ampliarmos nossa pressão e organização para conquistá-las.

Por isso, o 1º Congresso dos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal resolve propor a todas as entidades do movimento sindical e popular que realizamos uma grande concentração em Brasília por ocasião da votação em plenário da Constituição, unificando as datas das caravanas, estabelecendo uma plataforma de reivindicações populares com base nas emendas endossadas por milhões de brasileiros — reforma agrária, direito dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindicais, ensino público e gratuito, saúde, moradia, etc. — e realizando uma plenária, uma assembléia de todo o povo, que além de ser uma grande pressão sobre os constituintes, seja um instrumento superior e unitário para dar continuidade a nossa luta pela conquista destas reivindicações. (Diretorias do Sinpro e do SAE)

Bandeiras, propostas e encaminhamentos aprovados no I Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF

Quanto à Constituinte, lutar para garantir:

- Ensino público, gratuito, laico de boa qualidade, para todos em todos os níveis;
- Que no mínimo, 18% do orçamento da União e 25% do orçamento dos Estados e municípios sejam dotados à nível de exF, com gastos com merenda escolar e escolas militares;
- Que as verbas públicas sejam destinadas apenas à escola pública.
- Que cada dia da semana uma regional vá ao Congresso Constituinte pressionar por nossas propostas.
- Pela construção de mais escolas, melhoria e conservação das já existentes, observando-se a boa qualidade e o bom acabamento.
- Que a comunidade escolar fiscalize a aplicação das verbas destinadas à educação, com a criação de um conselho a nível de exF, com de imprensa e comunidade, verifique a aplicação das verbas.

- O governo deverá fornecer balanço de onde e como gastou com a educação;
- Que seja assegurado o livre direito de organização da comunidade escolar, bem como da liberdade de expressão na escola;
- Eleição direta para diretor de escola e equipe, para diretor de Complexo ou delegacia regional. A comunidade terá a prerrogativa de destituir a direção eleita se ela não corresponder à seus anseios. Não será exigido dos candidatos, habilitação em Administração Escolar. Extinção do EC para Diretor e Secretário, cujos cargos, assim como os demais, serão de confiança dos eleitores.
- Criação e implantação de Conselho Diretor em todas as escolas, cuja composição será feita por representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, eleitos diretamente e com autoridade para elaborar estatutos e/ou regimentos para poder atender às

- particularidades de cada escola;
- Que as escolas tenham autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira;
- Os trabalhadores em educação devem incentivar a criação de entidades que reúnam toda a comunidade escolar, mantendo-as informadas dos problemas da escola, bem como das condições salariais e de trabalho de seus profissionais;
- Os trabalhadores em educação devem incentivar a livre organização dos estudantes;
- Que aos trabalhadores em educação seja garantida a liberação remunerada para sua formação e reciclagem, com reformulação e unificação dos critérios por uma comissão paritária. Os Conselhos Diretores das escolas ficarão encarregados de informar a todos os trabalhadores, as vagas existentes, selecionando-os de acordo, com as necessidades pedagógicas, democratizando, assim, o acesso às vagas.
- Que os trabalhadores em educação do DF, junto com a Confederação dos Professores do Brasil, lutem por um plano de carreira unificado em nível nacional.
- Que os professores, tendo em vista a qualidade de ensino, lutem pela limitação de alunos em sala de aula, conforme o conveniente para cada série, atende-se ou graus de ensino, conscientizando a comunidade da importância desta medida.
- Que os trabalhadores em educação, junto com a Confederação dos Professores do Brasil lutem pelo piso-salarial de 15 (cinco) salários-mínimos em nível nacional, de acordo com o salário apontado pelo DIEESE.
- Que o calendário escolar seja elaborado com a participação da comunidade escolar, garantindo período, de reciclagem político-pedagógica dos mesmos.

- Que os trabalhadores em educação promovam nas escolas e com a comunidade a discussão da Reforma Agrária e da Dívida Externa.
- Fazer da escola um ambiente de debate e reflexo dos problemas internacionais, nacionais e específicos da comunidade para que ela seja um instrumento crítico da compreensão da comunidade.

- Que os sindicatos organizem debates político-sindicais ligados à educação (Educação sindical)
- "Conselho Diretor" — Que o sindicato promova seminários sobre "o que é Conselho Diretor" e "O Conselho Diretor que queremos para nossas escolas".

- Que o SAE/SINPRO leve às escolas o texto (exposto) do Prof. Paulo Nossia.
- Que os sindicatos SAE e SINPRO incentivem a criação de grupos de discussão sobre temas educacionais e sindicais nas escolas.

- Propor ao conselho de entidades da CPB a realização de um ato em defesa da escola pública na abertura do Congresso em janeiro próximo. Deve ser promovida ampla divulgação local e nacional articulada com entidades sindicais, do movimento popular (OAB, UNE, UMESB etc.)
- Que o SINPRO/SAE promovam cursos de formação sindical.

- Criação pelo SINPRO/SAE de um Centro Cultural com Biblioteca, visando a informação político-sindical de seus filiados.

- Todos os Trabalhadores em Educação devem enviar cartas ao Sr. Fábio Bruno cobrando dele a eleição direta para Diretores, bem como seu compromisso pedagógico.

- Criação de um Fórum Popular de Educação.

- SINPRO, ADUN, SAE, UMESB promovam encontros para discussão de temas relativos à educação.
- Que os sindicatos do DF (SAE/SINPRO) articulem juntos a CPB, CPG, UTE etc. o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação.

- Incentivar a reciclagem dos professores para que os mesmos tenham melhor entendimento sobre a escola que interessa aos trabalhadores.

- Que todo profissional de magistério concursado pelo GDF, que seja licenciado e atue como tal, possa ter os mesmos benefícios dos Trabalhadores em Educação da FEDF.

- Que o acesso a cargos públicos seja feito apenas mediante Concurso Público.

Constituinte

- Que os sindicatos organizem a participação dos trabalhadores na luta pela satisfação das reivindicações educacionais da classe trabalhadora: Usar faixas, questionar os constituintes individualmente, convocar parlamentares para conhecer as escolas do DF.

- Que cada dia da semana uma Regional vá ao Congresso Constituinte para defender nossas propostas.

Quanto à gestão/democratização

- Recusar a lista tripartite na escolha dos Diretores das escolas.
- Que todos os cargos de chefia sejam eleitos pelos trabalhadores do setor.

- Lutar pela eleição direta em todos os níveis e também dentro da área de educação.
- Lutar pela criação de um Conselho Auditor com a participação da comunidade para acompanhar o nível de

- Considerando que uma das causas das disfunções da educação é a repressão na escola propomos:

- I — Criar mecanismos pedagógicos mais eficientes que eliminem a necessidade da expulsão e da transferência compulsória.

- II — Formação de um Conselho Popular composto de pais, alunos, professores, servidores, direção de associações comunitárias para acompanhamento dos casos que se fizerem necessários.

- Que as pessoas que trabalham na biblioteca participem também de todo processo educacional.
- Criação de Comissão Paritária para rediscutir os critérios para o ingresso nas universidades. Comissão formada por professores, auxiliares de administração, comunidade e alunos (entidades que os representem).

- Discussão do acesso à Universidade
- Discussão da prática universitária;
- Funcionamento noturno da UNB.

- Que as reuniões e discussões da escola representadas de alunos, servidores, professores e direção com inclua igualmente de voz e voto.

- Que todos os segmentos dos trabalhadores através de suas entidades participem da elaboração das Leis de Diretrizes e Bases.
- Abertura das escolas nos finais de semana para que a comunidade e Trabalhadores da Educação se integrem.

- Lutar por uma educação que atenda aos anseios da comunidade.

- Lutar contra a elitização de determinadas escolas públicas, garantindo a divisão equitativa de recursos, respeitando as modalidades de escola.

Pedagógicas

- Debate sobre a administração escolar bem como a sua proposta pedagógica.
- Manutenção de Ed. Física no turno noturno, nas escolas que apresentem o mínimo de condições necessárias.

- Lutar pela manutenção das disciplinas Ed Artística, Ed. Física e Orientação Educacional, estendendo-as inclusive às primeiras quatro séries do 1º grau, sendo que deverão ser ministradas por professores que sejam especializados.

- INTERDISCIPLINARIEDADE: Relação entre as disciplinas.

- Excluir dos currículos as disciplinas e rediscutir a distribuição da carga horária daquelas disciplinas com Estudos Sociais.

- Que os professores de EMC, OSPB e EPB sejam reaproveitados nas disciplinas-áreas em que são habilitados.

- Promover a integração do ensino especial com o regular e debater junto com a comunidade o valor da força produtiva do excepcional.

- Que seja criado o quadro de Psicólogos ou do professor habilitado em Psicologia ou com formação para atuar em todas as escolas, como parte do quadro de apoio à direção, professores, alunos e pais. Este quadro seria denominado apoio psicopedagógico com o objetivo de prevenir, conscientizar e formar a educação psicomoral-física em toda a comunidade escolar, num trabalho conjunto do psicólogo com o orientador educacional.

- Fazer com que a Educação Pré-escolar seja valorizada, ampliada e estendida a todas as crianças.

- Montar uma exposição no Congresso da CPB com as experiências de alternativas pedagógicas dos Trabalhadores em Educação do DF.

Outras propostas educacionais

- Incluir no Plano de Carreira redução de carga horária em sala de aula por tempo de serviço.

- Rediscussão da instrução 194/88-FEDF — que trata da obrigatoriedade de carga horária máxima e sua vinculação à ascensão no Quadro de Carreira.

- Lutar por incentivos para a fixação do professor no local de trabalho objetivando o melhor desempenho junto à sua comunidade (interiorização).
- Que a carga horária seja de 20 horas em sala de aula e 20 horas para reciclagem (coordenação, pesquisa, cursos, confecção de material e demais atividades correlatas).

- Que os Trabalhadores em Educação nas escolas rurais tenham transporte diário fornecido pela FEDF.
- Incentivo funcional para professor da zona rural de 30% sobre o nível do professor Carreira III.

- Interiorização para professor de zona rural objetivando a fixação no regime onde trabalha, com percentagem de 30% sobre o nível de professor Carreira III.

- Que as relações entre os trabalhadores na escola sejam regidas pela mais ampla solidariedade, compreensão e sem preconceito.

- Contratação imediata de funcionários de acordo com as necessidades e por Concurso Público.

- Que as reais necessidades das escolas sejam atendidas por um nº suficiente de auxiliares de educação.

- Lutar para diminuir a diferença salarial existente entre auxiliares de administração e professores.
- Que seja criada a figura do professor-auxiliar-substituto.

- Que a FEDF, como empresa, dê oportunidade aos servidores para concluírem cursos por ela oferecidos, mesmo ultrapassado o limite de idade.
- Retirar professores de cargos administrativos como secretário, operador de audiovisual, biblioteca, permitindo que os auxiliares ocupem, de fato, esses cargos.

Financiamento/manutenção

- Conscientização da comunidade pelos Trabalhadores em Educação de que a escola lhe pertence e deve ser por ela também conservada, evitando as depredações.

- Que a Escola Pública não tenha função assistencialista e sim que os órgãos responsáveis garantam esse atendimento dignamente.

- Que os sindicatos e movimentos populares criem mecanismos de participação nas resoluções quanto ao uso da energia nuclear.

- Que seja comemorado nas escolas o dia do auxiliar frisando a sua importância dentro da unidade de ensino.
- Que se divulgue o convênio FEDF/INFS para todos os servidores. NAMO. Quais são? Como e quando utilizá-los?

- Que a FEDF faça complementação de salário quando o servidor precisar ficar afastado do trabalho por mais de 15 dias de licença ausência-doença pelo INPS. (Que significa uma redução mais ou menos de 60% do salário), para que o servidor receba em conta corrente.

- Que a FEDF faça um convênio global com o INPS, incluindo aposentadoria, abono de permanência em atividade etc.

- E o mínimo que a empresa pode oferecer a seus servidores.

Para uma pedagogia concreta

Paolo Nosella

No Brasil, neste final de século XX, qual a dialética fundamental existente em nossa sociedade? De um lado vemos representantes políticos, mecanismos, encenações oficiais, de outro se vê essa nossa humanidade ferida.

O Brasil é o oitavo País mais rico do mundo. É o quarto País na produção de alimentos. No entanto, morrem duas crianças com menos de dois anos de idade a cada dois minutos e meio. Mortes estas causadas pela fome e pela miséria.

O Governo faz o plano econômico, o plano Bresser, que institui o menor salário mínimo da história, retirando os gatilhos, arrojando outros salários.

De um lado está o velho fascismo, se reconhecido, recitando suas formas de poder, perpetrando verdadeiros genocídios nacionais. Do outro lado estão os excluídos, os pobres, os miseráveis. Está o homem brasileiro que não existe, querendo um teto, uma casa, um pedaço de terra, querendo educação, querendo ser livre.

Mais uma vez fracassa a reforma agrária que nada mais era do que uma reformazinha. Mais uma vez fracassam nossos planos de educação para todos e de boa qualidade. Qual a dialética possível entre esses dois pólos antagônicos? Existe uma dialética como o centro de dois absolutos que se negam, ou seja, de um lado temos o absoluto da propriedade privada fascista; do outro, o absoluto da liberdade, da solidariedade que outro tipo de homem quer construir.

Que tipo de dialética é possível no cenário da humanidade contemplando entre o absoluto do fascismo e o absoluto do socialismo?

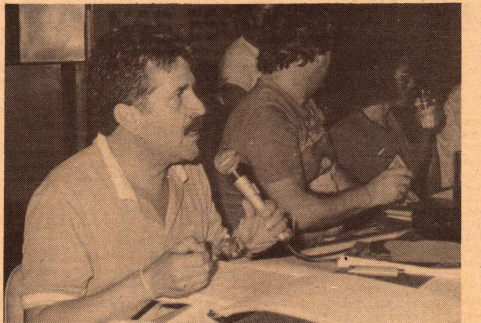
As vezes tenho a impressão de que a dialética de que tanto falamos, as contradições nas quais tanto acreditamos, nossos espaços críticos que pensamos conquistar, isto tudo acontece apenas na superfície do social brasileiro porque lá embaixo, na anticulturna material da nossa realidade nacional, o absoluto fascista não brinca de dialética, avança brutalmente.

O latifúndio não parou de se concentrar, a exploração financeira não cessou de crescer, nem sequer no Plano Cruzado I. O armamentismo e a política clientelista e corrupta continuam se alastrando e quando um homem ousa opor-se frontalmente ao fascismo no tempo e na cidade ele é simplesmente liquidado.

Essa dialética de que tanto se fala exige em primeiro lugar que nas discussões pedagógicas que nós temos se reflita na composição de dialética estamos falando. Não é dialética da síntese, da composição, dos acordos, ou se é realmente a dialética da oposição de cruzar os polos, de não morrer, de não se trair, pois é melhor morrer, mas sem ter sido traído, sem ter sido burro.

Depois desse quadro, a primeira grande tentação dos pedagogos é um recuo tático: restaurar os ideais da revolução burguesa. Escuta-se muito nos papos da pedagogia e da educação nas escolas: o nosso país é atrasado, ainda não conquistamos os ideais da burguesia que outros países conseguiram.

Atrasado, acho um termo equivocado. Veja bem, se eu considero dois trens, um em movimento e um parado com referência a outro, entendo que um trem está em Brasília e outro está numa outra cidade mais atrasada. Se um trem está atrasado significa que outros países estavam em 1987 e nós estaríamos, por suposto, em 1950, ou 1900, 1840. Mas não é esta a verdade. A verdade é que os trens dos outros países têm a prioridade no mesmo nível. Ou seja, o trem do



Paolo Nosella: "Temos que lutar contra a burocracia na escola. O processo de democratização é importante, e sadio."

Brasil está no mesmo nível em termos de forças produtivas. Em termos de locomotiva está no mesmo nível dos grandes países do século XX.

Dizem que somos a oitava força. Se entrarmos numa fábrica da Wolkswagen do Brasil ou da Alemanha, não encontraremos diferenças nenhuma. Se entrarmos numa fábrica da FIAT na Itália ou no Brasil não encontraremos nenhuma diferença. A ponte Rio-Niterói não tem nenhuma diferença, em termos técnicos ou de desenvolvimento das suas forças produtivas com referência a outros países. A medicina no Brasil não está atrasada com referência a outras medicinais porque a Suíça nem sequer fez a implantação de coração e no Brasil já fizemos.

As forças produtivas do Brasil estão no mesmo nível dos grandes países. Se vocês entram no aeroporto de Brasília, Guarulhos, Rio de Janeiro e entra no de Londres, Roma, é o mesmo estilo, o mesmo luxo, conforto. Os serviços que têm as famílias de alta classe do país são serviços muitas vezes mais sofisticados que os dos países mais avançados. Nem no segundo vagão do trem, ou segundo diferença. Mas no terceiro vagão já começa a classe média. No quarto vagão já começa a classe média-baixa, aí as diferenças já começam a ser percebidas. No quinto vagão, ou no sexto, começa o feitor. No sétimo ou oitavo, aí encontro o cheiro da morte. Ou seja, na verdade, não é o trem que está atrasado ao longo da história. O trem do Brasil está no século XX sim senhores, em termos de força produtiva. A verdade é que ele está politicamente mal organizado.

Também em termos de educação não há que se falar em atraso. O atraso significa o todo o trem. Como se tivesse alguma ciência oculta, algum ministério a nível de pesquisa que o Brasil não conhecesse.

Estudei numa Universidade da Itália. Sei muito bem que certas sofisticadas de laboratório que tem aqui no Brasil, não se encontram lá. Ou pelo menos se encontram no mesmo nível. Não há como discriminar em termos de avanço científico, em termos de metodologias dialéticas, que são discutidas aqui muito bem. Só que, quando você entra no quarto, quinto vagão, encontra o abandono, a morte, a miséria. De novo, não é questão de atraso. É realmente questão de desmando total, de desgovernança total, de administração de equilíbrio, fazer justiça ao trem. Não se trata de pegar o

trem que estaria por hipótese em 1840 ou 1950, e quem sabe, com calma puxarmos o trem para chegar lá mais na frente. Trata-se de conhecer o Brasil como uma grande potência do século XX e o Brasil realmente numa política atarrada, injusta, que até se tem vergonha de falar dela. Essa é a realidade. Portanto, não há atraso em termos pedagógicos. Não é questão técnica pedagógica. É, sim senhores, uma questão política.

Idá a saudade, a tentação de recuar à saudade, a tentação de recuar à burguesia. Eu não concordo, vamos pelo menos alfabetizar as massas das nossas favelas. Vamos pelo menos realizar os ideais de Comenius de 1639. Vaja só: como se a nossa miséria fosse pré-capitalista, como se a nossa miséria fosse a miséria que Comenius conheceu.

A nossa miséria infelizmente, é moderna. É miséria do século XX, é miséria imperialista. Não há como imaginar que podemos reconstruir uma pedagogia que tente restaurar os ideais da burguesia. Eu não concordo com pedagogias que tentam, com calma, realizar aquilo que outros Estados realizaram no século passado. Essa é a primeira tentação.

A outra tentação é a assistencialista. A tentação assistencialista é sempre assim. Aquele recuo. Reconhecemos a miséria, sabemos da miséria e achamos que através da merenda escolar resolve-se tudo.

Disseram que sou reacionário porque sou contra a merenda escolar. Falavam: "Na China, a merenda escolar é comum". Fiquei extremamente revoltado e respondi: professor, se eu me companheiro, mais outro companheiro, num nível econômico igual, decidimos alimentar os nossos filhos, numa escola, decidimos fazer com que ao invés de nossos filhos comerem numa célula familiar, fechada ideologicamente, decidimos alimentar os nossos filhos comunitariamente, é esta uma solução pedagógica. Agora, dar comida porque não quer dar salário para o trabalhador é outra história. Eu não sou contra a educação comunitária, muito pelo contrário. Não venha apelar pela China, não venha apelar por outras experiências. Dizer que em Cuba também tem hortas comunitárias, para disfarçar a impossibilidade, a fome dessas crianças. Essas crianças não estão sendo alimentadas em termos de comerem diferente da forma como teriam que comer isoladamente em família. Elas estão sem alimentos porque negam o salário ao trabalhador. E isso eu sou contra porque isso é assistencialismo na verdade, ou seja, pode-se dar comida porque ninguém vai ver uma criança morrer de fome, mas

sob protesto porque esse não é o caminho correto, assistir na escola. Por que não se dá o salário ao trabalhador? Que salário, o quê? Um posto de assistência social? Um posto aparentemente cultural, de polícia, uma delegacia cultural, com o nome de escola? Faz de conta de escola e essa é uma posição, situação que não podemos aceitar.

A terceira tentação é a iluminista. O que é? É acreditar que a verdade, o conteúdo pela verdade, por explicarmos a essas pessoas qual é a verdade. A verdade liberta. O iluminismo revolucionário se acha. Eu explico o que é: eu vou transformar a sociedade. Não vou parar numa tentação, nessa tentação iluminista porque inclusive me deu muitos problemas. Mas eu acho que há pedagogias que na verdade, em sublinhando, em colocando a ênfase total em cima da questão do conteúdo social, que eu vou fazer a perspectiva do concreto da escola. Pode ser que hoje dia uma brilhante aula sobre Galileu e pode ser que amanhã eu tenha que cruzar os braços, depois de aquilo que eu tenha que ceder minha sala de aula para deixar um bairro se reunir. Num outro dia eu tenho que sair da sala de aula e me solidarizar com uma marcha dos trabalhadores. Essa concretude, essa situação pedagógica que nós estamos vivendo obviamente não será decidida individualmente. Eu vou decidir que hoje vou dar aula sobre Galileu ou vou cruzar os braços. Não senhores. Eu vou decidir isso obviamente me relacionando e participando do meu coletivo político. É uma decisão a ser tomada coletivamente. Não é o Estado que vai me impor que eu todo dia terei que dar aquele programa porque hoje ele é renovado, moderno é outro, porque eu subjacei a isto pode ser realmente o medo de se transformar a escola em reuniões, de se exagerar nas greves. Acho que a tentação iluminista é uma tentação que deve ser denunciada.

A PEDAGOGIA CONCRETA — Quando se fala em concretude, obviamente me refiro ao que Marx falou, é uma síntese de múltiplas determinações. Decidir o que se faz na escola hoje é uma análise de conjuntura, uma análise complexa, professor, e eu li no jornal sobre uma professora primária, com setenta anos ou oitenta anos, que dizia sempre numa concepção romântica, que é fundamental na educação é a dedicação. Não se quer desprezar a professora, o que se quer é dizer que, coletivamente o professor passa de uma fase romântico-pedagógica, pois ele pensa que através dos livros dele, do estudo dele, ele vai interferir na sociedade, através da competência. Vai transformar a sociedade, modificar. Felizmente, essa consciência coletiva vai crescendo e a consciência dos educadores passa de um estágio romântico-pedagógico para um estágio sindical associacionista. Finalmente, o educador se entende como um trabalhador, como os outros. Ele é um assalariado como os outros e entende que se há uma diferença com os assalariados, essa diferença entre os outros assalariados também existe. Diferença específica, e há um fundo comum, há um fundo de unidade, como um iceberg. Se na ponta de um iceberg temos as categorias, se diferenciam por um que faz diferença, no fundo o iceberg tem uma massa de gelo muito mais volumosa e nessa massa de gelo os educadores se encontram com os outros trabalhadores e lá se associam e acham que a luta por

uma melhor escola passa por essa unidade, por essa articulação. Muitas vezes é uma luta sindical, uma luta por salário, que tem as conotações dos quebra-máquinas dos sindicatos nos séculos passados. Muitas vezes o professor se revolta, não compra mais livros. É uma forma de quebrar sua máquina, pois como vai comprar um livro com este salário? Não vai mais à reunião, ao planejamento didático. Nessa revolta, eu vejo uma revolta surda a uma tração constante do Estado, a cada vez que se faz um novo secretário de educação, que se faz um novo ministro da educação, é sempre aquele rico: agora vai mudar, vai ser novo. Aquele rico hipócrita e sórdido de que, finalmente, vamos acertar com a educação. E quando um educador passa por anos e mais anos atrás disso, aí a revolta dele se vira contra a própria escola. Ele diz: mas pra que gastar dinheiro com livro? Aí não lê mais. Eu vejo nessa não-leitura uma forma de quebrar a máquina. A máquina é aquela que me dá a sobrevivência, mas ela está numa exploração de tal forma que eu começo a sentir o lado da repugnância, da rejeição contra isso.

Muito nos outros setenta se falou que todo o ato pedagógico é um ato político, me lembro disso, foi muito bonito essa colocação, mas quando se entra em prática, é um passo difícil que tem que ser dada, a articulação associacionista, da participação sindical. E preciso também chegar-se a articulação política com P mais U, ou seja, que realmente o educador se conheça a si mesmo.

Qual o projeto de Estado que você tem? Qual a visão de humanidade que você tem? De onde veio o seu projeto? É um projeto que eu chamo de a prática política, no sentido específico, qualitativamente político.

Não basta dizer que todo ato político porque aí é a volta da neutralidade científica, aquela que nunca está chutada pela porta quando nós criticamos o positivismo, a tecnologia educacional que afirma que educação, ciência, nada tem a ver com política. Se você passa a outra posição de dizer que tudo é política, indiscriminadamente, não vamos qualificar politicamente não. Não é possível partidarizar a política. No velho idealismo alemão, a neutralidade científica retorna, porque se todo ato pedagógico é político, e nós não vamos qualificar que diferença política nos entra um e o outro, na verdade introduzimos, do ponto de vista do idealismo, a neutralidade científica que havia saído pela porta e acaba entrando pela janela.

Infelizmente, ou felizmente, é necessário qualificar do ponto de vista político a que concepção de Estado a nossa educação se vincula. Não é possível, não é possível perder a inocência da grande unidade dos educadores. Aqueles companheiros todos como criança, quando brincamos juntos, está do outro lado da rua, brincamos juntos, amadurecendo, crescendo. Aí vemos que há uma outra concepção política atrás, outra visão. Isso dói, fere, perturba, mas não é possível. A grande unidade da família dos educadores. Entretanto, adquirim-se novas solidariedades, mais amadurecidas, mais profundas, melhores. Essa é educação concreta, ver escola, uma pedagogia concreta do ponto de vista empírico.

A educação concreta vê a escola feita na verdade pelo trabalhador, e

(Continua na página seguinte)

... Para uma Pedagogia concreta

é como vejo uma escola, do ponto de vista concreto. No fim da história há a necessidade de dirigir e a competência para dirigir está vinculada a quem faz, o fazer e o dirigir. O fazer e o orientar são duas faces de uma mesma moeda.

A educação concreta vê a escola feita pelo trabalhador. No fim da história, a necessidade de dirigir e a competência para dirigir está com quem faz. Quem faz uma escola são os funcionários, alunos e professores. A eles cabe a direção política de uma escola. A unidade do fazer e dirigir é rompida porque tem alguém que quer dirigir a escola sem fazê-la. Tem alguém que quer financiar pesquisas sem estar financiando. Sobretudo, tem alguém que quer lucrar com a escola, sem ser trabalhador da escola. Portanto, é importante nesta ruptura dividir entre os que fazem e os que dirigem.

A ruptura entre os atores da escola é feita em três momentos: Primeiro, pela burocracia. É necessário entrar pela burocracia porque se distingue uma categoria da outra. Segundo, pelo salário. É necessário picar o salário, não é uma necessidade econômica, é uma necessidade que eles têm de visão do trabalhador. Fazem mil e uma categorias, fazendo escadinhas de salário para evitar a unidade. Finalmente pela ideologia. É necessário que o professor se sinta superior ao funcionário. É necessário que o funcionário não se sinta inferior ao professor ideologicamente na escola. Ele, diz, eu só limpo a sala de aula, apenas bato cartas, carimbo, atendo telefone. Não tendo nada a ver com a direção da escola. Fazem mil e uma fragmentar. Tiram a direção da escola dos próprios atores da escola. E daí a luta do trabalhador vai no sentido inverso.

Sinto muitas vezes o cinismo do Estado quando ele nos acusa, nas lutas sindicais, de corporativistas. A Ester de Niquequedo disse, quando fazíamos greve em São Carlos, e iam ao MEC, que a greve era corporativista. É cínico pois dividem o nosso salário em A, B, C, D e quem faz esta divisão é o Estado. Então ele que é corporativista. Divide a categoria em mil e uma fações. Como a luta é diferenciada, o reflexo dela é a divisão

que o Estado faz. Na questão sindical é de também corporativista. Isto são reflexos. Ai as lutas são diferenciadas. A luta passa por este caminho feito na contramão.

Temos que lutar na escola contra a burocracia, democratizando a escola. O processo de democratização é importante, é sério. Temos que nos reunir, temos que discutir sim. E isto não é assembleismo não. O processo político é importante. A luta política vale a pena.

O segundo nível é salarial: a luta que a ANDES levou para simplificar o salário dos professores universitários, outras categorias também o fazem. A tendência da base é simplificar a enorme escala que existe. Inventam decretos, portarias, fazendo chefes, subchefes, coordenadores, vices, etc, com diferenciações enormes de salários comprando, fragmentando nosa categoria. Daí existe a luta pela unificação salarial, pela isonomia, e tem que ser isonomia pra cima porque não se pode viver com estes miseráveis salários que os funcionários ganham. A luta pela isonomia é uma luta comum, nossa, necessária e tem que ser pra cima.

Finalmente o nível científico e ideológico: temos que entender juntos, funcionários e alunos, ler, fazer peças de teatro, discutir história. Uma vez eu estava dando aula no mestrado sobre a Comuna de Paris e um funcionário que cortava grama ouvia pela janela. Depois ele me procurou e disse: porque o senhor não dá uma aula para nós, explicando como os trabalhadores faziam em Paris? E eu fui, eles se juntaram e entenderam muito bem. Não há necessidade de degradar a história quando se fala pra trabalhador. Eles entendem muito bem. Há a necessidade de se evitar uma ciência abstrata. Muito se fala em Gramsci e não se entende a lição. Mas quando a ciência é concreta, a história é concreta, eles entendem muito bem. Portanto, por esse caminho eu acho o caminho da contramão da ideologia. É necessário construir uma escola concreta. Uma escola onde haja uma série de múltiplas determinações, uma série de múltiplas participações e assim, apenas assim, poderão se opor à destruição da escola.



Oswaldo Maciel,
vice-presidente
da ANDES

Andes: Educação é um direito de todos

Elogia a qualidade política e a dimensão do I Congresso dos Trabalhadores em Educação. Explica ao plenário a composição e a função da Andes, entidade de que é vice-presidente, e a identificação da Andes com a proposta nova de um sindicalismo livre e autônomo do Estado e sustentado unicamente pela combatividade. "Quando dizemos que a educação é um direito de todos assim como a saúde, não podemos deixar de, coletivamente, questionar de que tipo de Estado estamos falando, que é o Estado burguês que hoje, em 1987, após mais de 100 anos, nos oprime".

Denuncia o engodo malcheiroso, mais forte deste Estado através da chamada constituinte que é hoje a completa frustração das aspirações populares.

"Em 1961, com João Goulart, um presidente enfraquecido, não conseguimos, na lei de Diretrizes e bases, dar um basta à privatização e à educação à iniciativa privada.

Em 1964, instalada a ditadura militar, houve uma política deliberada de esvaziar, de aligeirar o que era público, para adensar, para reforçar o que era privado.

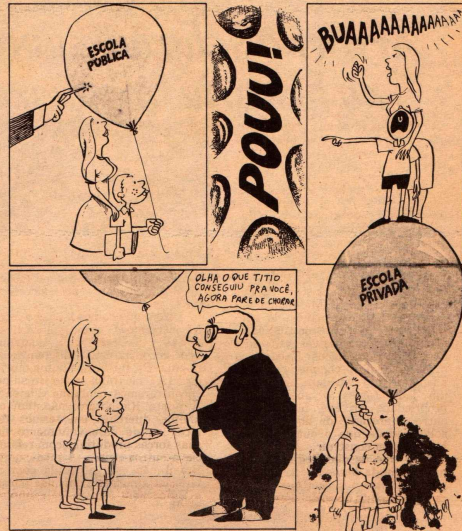
O Estado exime-se em todos os níveis, de investir na educação, nas escolas, no pagamento de professores, e servidores, para a ampliação das vagas destinadas aos estudantes de todos os graus de ensino.

Fala das crescentes organização e mobilização dos trabalhadores em educação para fazer frente ao lobby privatista.

Refere-se novamente aos impérios construídos pelos privatistas da educação a partir da exploração do trabalho do servidor e do professor e dos lucros escorchantes sobre os alunos que pagam mensalidades muito altas.

Denuncia que: — No substitutivo da constituição que está sendo votado, em seus artigos 235 e 240, não está fechado para a iniciativa privada a possibilidade de obter fundos públicos, alertando para o fato de que não se é indispensável que o novo texto garanta que a educação é um direito de todos, que tem que ser garantido pelo Estado mediante a alocação de um volume suficiente de recursos; é indispensável que a gente conheça objetivamente, não só os meios, mas também as formas pelas quais o Estado vai concretizar o cumprimento deste dever.

Sobre o Conselho Federal de Educação ... os grupos privatistas do



minantes hegemônicos que sempre estiveram presentes através do Conselho Federal de Educação, magnificamente representados por 24 conselheiros nomeados por 6 anos, por única e exclusiva confiança do presidente da República e que hoje, no atual texto da constituição:

"O Conselho Federal de Educação é o responsável pela elaboração do Plano Nacional de Educação", fato a que temos que nos contrapor o mais rapidamente possível, porque somos pela pura e simples supressão do CFE, que é um dos meios mais perniciosos pelos quais os interesses hegemônicos dos "lobbies" privatistas têm-se imposto na Educação do Brasil.

Cita avanços na Constituinte no que toca à democratização do acesso à escola e na gestão democrática do ensino com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade.

Fala da necessidade de se livrar a educação do fisiologismo, do clientelismo, do corporativismo e da politização em que o Estado brasileiro transforma o nosso corpo docente, sobretudo em época de eleição, fazendo com que se cumpra o dispositivo do ingresso no magistério apenas através de concurso público e prova de títulos.

"É importante ressaltar que pela primeira vez, aparece no texto da Constituinte, o seguinte: o não oferecimento do ensino pelo Estado ou a sua oferta irregular importa em irresponsabilidade. Isto é algo novo que é justo e que temos que manter

porque eventualmente vamos ter a capacidade de processar governantes que estão desviando fundos da educação para investir em projetos mirabolantes nas mordomias da vida, nessas coisas que não interessam a maioria da população".

Chama a atenção para a importância do momento que vivemos agora, quando as coisas começam, realmente, a se definir.

Aumentar nosso nível de organização, de participação, de pressão, parece-lhe uma questão fundamental para todos aqueles que estão empenhados no avançar da luta pela escola pública, que é para aqueles que fazem dela a sua militância, um espaço privilegiado em que a gente consegue ter a contatado e em que a gente aprende as lições diariamente, com a consciência crítica que advém do processo sóbrio.

"Está provado cientificamente que a educação, na época da ditadura militar foi a educação que os empresários ditaram pra gente".

"Minha crença, e muita gente que anima minha luta, é de que a gente, que a gente consegue propagar essa corrente em matéria de educação, nós teríamos que socializar o saber, democratizar o poder, para poderemos realizar o sonho. O sonho, muitas vezes, parece que foge, que se afasta, mas temos que continuar a perseguir-lo. Sou daqueles que acredita que um dia, as trevas desse Estado opressor dessa ordem capitalista, vão ser substituídas pela alvorada socialista".

CPB denuncia ação da Fenen e das igrejas

Tomás Vonghon, presidente da Conferência dos Professores do Brasil que reúne 32 entidades de professores do Brasil inteiro, conclama os professores do Distrito Federal a se incorporarem efetivamente à campanha "De olho no Constituinte, vamos salvar a Educação, unindo-se aos professores de todos os Estados que têm vindo a Brasília, mostrar aos Constituintes que não estamos brincando, quando dizemos que os nossos direitos serão defendidos com unhas e dentes.

Denuncia a ação da Fenen e da igreja contra a destinação de verbas públicas só para o ensino público, querendo que elas seja dotadas também para empresas pseudo filantrópicas e que têm altos lucros, e tratam a educação como um produto".

Informa que a Costa Rica está sendo apresentada na imprensa como uma nação que não tem exército e prioriza a educação. Porém, esse país se diz desarmado, tem a polícia melhor armada da América Latina. O policiamento das ruas é com metralhadoras portáteis, armas pesadas. A Costa Rica sobrevive da quantidade enorme de dólares que diariamente os Estados Unidos



Tomás Vonghon colocam em seu tesouro. Assim, os sindicatos de lá fazem o sindicalismo que interessa aos Capitalistas, pelego, amarelo.

"A Costa Rica é a cunha dos E.U.A. contra o avanço de El Salvador, o avanço da democracia na Nicarágua".

Deseja que o Congresso sirva como um alerta aos trabalhadores brasileiros, aos sindicatos, para que possam nos integrar numa articulação sindical mais efetiva, mais competente, mais atuante, mais combativa para que possamos realmente construir a sociedade nova, que todos almejamos.

O professor Lauro Campos com a habitual competência e clareza nos fez uma análise que muito nos ajudou na compreensão do economista com que os governantes enrustem a verdadeira situação de descalabro porque passa a economia do país.

Como não nos é possível, neste espaço a publicação de toda a sua palestra, dela transcrevemos trechos significativos:

LAURO CAMPOS:

Arrocho salarial é uma constante na história brasileira. Basta!

— Agradeceu a oportunidade de ter participado de um momento de reflexão é professor há 34 anos e aprendeu muito hoje. "Nós todos sairemos daqui bem mais ricos do que nós entramos porque a verdadeira riqueza é a riqueza de nossa consciência".

Nós aprendemos com esta integridade desta camponesa que esteve, desta nossa companheira do campo, que fala com as mãos; que fala com a legitimidade que a experiência, o sofrimento, a sorte de seu pai, as durezas da vida, lhe credenciam como catadrática da sabedoria prática e do conhecer verdadeiro do homem".

"Eu acho que é muito importante para nós, professores, percebermos porque a nossa educação foi completamente desarticulada nesse país. E para que pessoas como a Cida não encontrem forma de articular a sua verdade; não encontrem professores que transmitam a elas, transmitam a elas os instrumentos com os quais elas possam eliminar seu conhecimento da realidade brasileira e obviamente fazer avançar sua consciência crítica, assim como daqueles que a cercam".

"A economia brasileira, de Juscelino para cá fez crescer seu PN em 500% mas condenou 48% dos trabalhadores nordestinos a receberem menos do que o salário mínimo e reduziu o salário mínimo em cerca de 70%".

O modelo da sociedade americana não pode ser generalizado para o mundo porque, sendo, o mundo se acaba, se exaure, se esgota. Não há petróleo, não há recursos naturais, não há possibilidade de se universalizar e aquele modelo de sociedade que só vive porque outras grandes regiões do mundo, multidões e multidões, dois terços da humanidade ou mais, têm que sustentar aqueles privilégios de 5% da população do mundo, que são os norte-americanos".

"O processo do arrocho salarial começou com Roberto Campos e Simonsen que roubaram aos trabalhadores brasileiros 25% dos salários entre 1964 e 1967. "Agora Simonsen vem como candidato da novíssima futura República, como se ele não fosse responsável por uma técnica que aumentou nossa dívida externa; aumentou a taxa de juros interna para obrigar os banqueiros a se endividarem lá fora para



fazerem os banqueiros internacionais lucrarem. Ele depois de ser ministro é hoje diretor do City Bank Mundial em New York, como pagamento pela 1ª etapa de seus procedimentos contra a economia e a sociedade brasileira, que hoje ele afirma ter protegido.

Ele conduziu esta sociedade de maneira autoritária, autoritária e obviamente interessada, sem que para isso, todos os instrumentos fossem utilizados, como por exemplo, a dissipação e a dizimação dos Sindicatos, a partir de 64, para melhor arrochar os salários". "Nós sabemos muito bem que foi através de um arrocho salarial, de uma arrocho cultural, de uma monopolização didatorial dos meios de comunicação, de uma limpeza, de uma esterilização completa da capacidade crítica e de uma alienação, de nosso sistema de ensino é que eles puderam montar sua máquina despótica, sua máquina desumana e esse processo que nos atrelou ao capital estrangeiro e fatalmente nos levaram a essa encruzilhada hoje".

"Os trabalhadores brasileiros, de 1941 a 1951, durante 10 anos ficaram sem reajuste salarial. Não são os trabalhadores culpados pela inflação".

"A partir de 1978, a classe média também começa a perder o seu salário, a se proletarizar e começa a ver o mundo com os mesmos olhos dos trabalhadores submetidos a relações excecíveis, passando assim a representar uma ameaça, pois ela poderia ser o fósforo que faz acender o barril de pólvora formado pelos trabalhadores inconscientes, ignorantes e com uma carga de trabalho que não lhes permite desenvolver uma maior conscientização apenas

na educação, mas, na sociedade como um todo.

"No Brasil, 100 bancos particulares que se resumem, na verdade, em 8 bancos, têm uma lucratividade maior que os 40 milhões de brasileiros que trabalham no campo, incluindo os proprietários".

"Na época do Cruzado I foram transferidos cerca de 40 bilhões de cruzados para os empresários, até novembro, para que eles não subissem os preços antes das eleições. O empresário que quisesse aumentar preços, recebia subsídio do governo".

"E o Delfin Neto fica indignado, pois ele não sabia que havia tanta forma de enganar o povo, que havia na mente humana, tanta perversidade que pudesse ser utilizada como instrumento e forma de governo".

"E o Bresser Pereira continua a nos impor aquilo que ele recebeu de trás, o modelo do FMI, um modelo que exige a redução dos salários e vencimentos". Os vencimentos dos funcionários correspondiam, em 1978 a 34% das despesas gerais da União. No ano passado, a 18,9% e este ano a 17% ou seja, caíram pela metade e o número de funcionários aumentou, o arrocho foi muito maior do que 50%".

"E nesta crise que entrou o trabalhador desde 1960, entrou a classe média desde meados de 70 e vem se empobrecendo cada vez mais".

"Os banqueiros nunca entraram nessa crise e prosperam cada vez mais e dobram a cada ano seu capital, enquanto o trabalhador perde continuamente seus vencimentos".

Em Cuba, a dispersão escolar é igual a zero, assim como na França e Inglaterra. Por que cortaram relações com Cuba? Para que a gente não percebesse o que estava acontecendo lá. Eles não queriam um mosturário de uma experiência de um caminho diferente daquele que estava sendo trilhado pela economia e pela sociedade brasileira.

"Não há mais instrumento para a burguesia se manter no poder, por isso ela se organiza cada vez mais".

"Os professores são os porteiros da sociedade futura e o compromisso maior de mudar a sociedade está com eles, está conosco e é esperando que reuniões como esta provoquem e produzam os efeitos desejados é que viemos aqui aprender uns com os outros".

Como estava previsto, a 1ª parte dos trabalhos do I Congresso foi reservada às palestras sobre Conjuntura Nacional no que se refere à situação da cidade, do campo e da situação econômica.

Escalados para esta importante tarefa foram o professor Lauro Campos, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai — Cida e o deputado constituinte José Jenóino Neto do PT — São Paulo.

Esses três companheiros, paciente e didaticamente conduziram o plenário aos esclarecimentos necessários à discussão da Conjuntura Nacional nos grupos.

Ao término dos trabalhos, foram emocionada e demoradamente aplaudidos.

Assim passamos a transcrever trechos das discussões levadas pelos companheiros palestrantes.

Genóino: É preciso resistir para mudar

O Constituinte José Genóino Neto, PT — São Paulo, fez uma intervenção sobre o momento em que vive a sociedade brasileira dentro da crise do capitalismo.

Fala sobre o mudancismo, as esperanças do povo brasileiro, que elegeu deuses, salvadores como Tancredo, Sarney, Plano Cruzado e agora se vê sozinho, traído, e agora, cético.

Chama a atenção para o aprofundamento das injustiças sociais que deixa ameaçada a sobrevivência da maioria da população brasileira, para a absurda mistura, em nosso País, do que há de mais avançado para a humanidade, que é a energia nuclear, a radioatividade, com o catador de ferro velho, que viu o célio 137 como algo bonito, para construir um anel e aquilo, na verdade, o estava matando.

Alerta para o perigo do ceticismo, do desânimo, da moral baixa de uma sociedade atrasada, dominada pelo reacionarismo que pode amanhã vir a respaldar posições fascistas de direita, porque, muitas vezes, para o senso comum, o autoritarismo é a garantia para o cidadão de que as coisas entrem em ordem. Daí o avanço da direita com a publicação de documentos de Simonsen, de João Figueiredo, da ousadia da UDR.

Alerta também para a responsabilidade histórica que tem hoje a esquerda de apresentar ao povo trabalhador brasileiro da cidade e do campo, uma alternativa política, para resgatar a confiança perdida e essa alternativa é o socialismo.

Diz que não podemos pretender reformar o capitalismo lutando sempre por conquistas parciais, mas ao lado delas, construir e implantar um programa de transformações efetivas da nossa sociedade, porque o Socialismo não vem por um movimento espontâneo. É preciso criar uma consciência socialista explicando sempre aos trabalhadores o Socialismo, para que essas lutas que trazem conquistas parciais, sejam um processo de acu-



José Genóino Neto: "É preciso criar a consciência socialista... política é a arte de abrir caminhos".

mulação de forças para alcançarmos a sociedade que queremos. Constatamos que nenhuma categoria sozinha terá força para mudar o quadro de miséria do País. Propõe uma resistência nacional e unificada do sindicalismo combativo que se aglutina sob a bandeira da Central Única dos Trabalhadores.

É preciso que nesta residência, os professores entendam, por exemplo, que a luta pela aposentadoria aos 25 anos é tão importante quanto a luta pela Reforma Agrária, o não pagamento da dívida externa, a redução da jornada de trabalho para 40 horas etc."

Chama a atenção ainda para a Constituinte atrelada, congressual, conservadora que atenta contra nossos direitos. Propõe que os trabalhadores fortaleçam os congressistas de esquerda através da pressão, sem ilusão, na relação de disputa por nossas posições.

Discorda do princípio de que "política é a arte do possível" e diz que "política é arte de colocar hoje, a perspectiva do amanhã; é a arte de abrir caminhos".

CONJUNTURA NACIONAL

Cidinha. "A morte roroca o campo"

Padre Chico, que outro dia levou um tiro no rosto e está cego, Padre Josimo, Nativo da Natividade, Sebastião Rosa da Paz, Margarida Maria, Paulo Fontes, Júlio Miranda e tantos outros entre centenas de companheiros que decidaram suas vidas para que se faça justiça no campo e a perderem na luta pela terra, estejam onde esta mesma resolução de nosso I Congresso.

Já passava da hora de os trabalhadores da cidade começarem a dar um apoio realmente efetivo aos companheiros rurais.

A palestra de Maria Aparecida de Miranda, Cidinha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai, foi de tal importância, de tal peso, que nos levou à tomada desta decisão histórica que unirá os trabalhadores em educação no DF e rurais espalhados por esse Brasil sem fim.

A viabilização desta proposta começa a estabelecer, definitivamente o elo entre campo e cidade na busca de uma vida melhor, fortalecendo a luta por uma Reforma Agrária que acabe com o latifúndio, em que 1% da população concentra 50% das terras deste país, em que entidades assassinas como UDR e congêneres funcionam com o beneplácito dos governantes, da justiça que absolvem, por exemplo, os assassinos de Júlio de Miranda e da companheira Cida de Unai, que jamais apurou um só caso nos massacres de trabalhadores que vêm acontecendo no campo.

Não há, no Brasil, nenhum mandante ou assassino de trabalhador rural preso ou sendo processado.

Pelo contrário, privam dos gabinetes oficiais e exibem sua força e prepotência em passeios ou na compra dos Constituintes que no Congresso votaram contra a reforma agrária proposta pela CUT, pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Sem-Terra.

Logo as diretorias do SAE e do Sinpro estarão concretizando essa proposta. Comecem a discutir a sua viabilização na escola! Contribuam, os companheiros do campo, já faz muito tempo, pediram SOCORRO!!

Está em nossas mãos atendê-los!!

"Doe uma hora de seu salário para luta dos trabalhadores no campo"

Cida inicia sua palestra dizendo que naquele momento haverá uma troca de experiências entre a realidade do campo e a da cidade. De seu discurso emocionado apenas extrairamos trechos:

"O ensino no campo tem toda uma estrutura, também garantida pelos latifundiários para que o trabalhador não tenha acesso à escola, ao ensino."

"12 milhões de trabalhadores rurais de braço forte neste Brasil não têm sequer um pedaço de terra para plantar, mesmo pagando parceria para o dono da terra. São os trabalhadores rurais sem terra."

"No campo, todos os mínimos direitos garantidos por lei aos rurais são descumpridos."

"Desde 1500 nós assistimos à grilagem da terra. Nós ensinamos na escola que o Brasil foi descoberto em 1500 só que a verdade dos fatos não é essa: o Brasil foi invadido pela 1ª vez, foi grilado em 1500, porque aqui moravam os índios, primeiros donos da terra."

"Quem domina a terra aqui são os ricos, são os brancos, são os donos do poder. Os trabalhadores que dependem dela, que trabalham nela, que gostam de passar a vida no campo e desde 1500 lutam para resistir na terra."

"Só de 1964 para cá, documentados, mais de 166 assassinatos de trabalhadores rurais, de dirigentes sindicais, de agentes de pastoral. Desse mais de 1.600 casos nenhum foi apurado na Justiça. Nenhum assassino ou mandante sentou-se no banco dos réus, nenhum condenado porque matou um trabalhador."

"A justiça que está aí também é feita pelos grandes para garantir a eles o direito."

"Essa história de matar trabalhador rural está ficando muito fácil. Já se criaram até empresas reconhecidas inclusive pelo Ministério público, pelo Ministério da Justiça, aqui mesmo pertinho, em Goiânia, empresas para contratar pistoleiros profissionais para matar trabalhador que luta pela terra, pra



Maria Aparecida de Miranda, a Cidinha de Unai: "Quando fomos ao Ministério da Justiça falar dos nossos mortos, o ministro disse que estávamos lá provocando ele".

matar dirigentes sindicais, para matar advogados, padres que lutam ao lado dos trabalhadores."

"Os trabalhadores rurais ficarem na terra é importante pra nós é importante para os trabalhadores da cidade porque é dela que saem 80% do alimento que mata nossa fome e a fome dos companheiros da cidade. Apenas 20% dos alimentos são produzidos pelas grandes empresas. E, esses trabalhadores não têm o direito de ficar na terra."

"Os grandes produtores e empresas não produzem para matar a fome do povo e sim pra exportar, pra se enriquecerem mais."

"Nós trabalhadores da terra não abrimos mão da terra e não viemos para a cidade disputar emprego, porque vai ser muito mais gente passando fome, muito mais criança pedindo esmola na rua, morrendo de fome neste país tão rico, tão cheio de braço forte".

"A professora primária da Zona Rural e dona da classe do pré 4ª série, num mesmo local e num mesmo horário."

Falando da escola rural: "O que é que sobra para os trabalhadores que já não têm o direito de morar, já não têm o direito de plantar? Esse pessoal tem o direito de também ir à escola, se os filhos dos trabalhadores desde 5, 6 anos já vão para a escola?"

"O trabalhador tem que levar toda a família para trabalhar no seu pedacinho pouco de roça, porque senão, ele não dá conta de cuidar da família para poder dar conta de alimentar a família, porque ele cuida da família dele e da família do patrão, porque ele tem que pagar a meia daquilo que ele produz?"

"Os filhos dos trabalhadores, além de não terem acesso à escola, não têm tempo de ir à escola."

"Foi ensinado que o trabalhador rural não precisa estudar. Estudar pra quê? Pra procurar enxada? Só que isso é um problema muito sério: o trabalhador que não tem informação, não tem o direito de ter seu voto crítico, de ter consciência, e de, inclusive, disputar o direito dele junto ao patrão, junto com o fazendeiro, mesmo que custe a carabina!"

"O trabalhador consciente é um perigo". Não tendo acesso às informações, não sabendo ler, estando ali naquele juízo de exploração e de dependência do fazendeiro, ele não vai se informar de nada. É aí é bom porque ele hoje está aqui, amanhã, ali, depois de amanhã... lá no Pará, num sei aonde e esse trabalhador não vai fazer parte de uma massa consciente que vai lutar por seus direitos?"

"Essa terra, concentrada desse jeito, ela impõe o poder sobre uma grande massa de trabalhadores. E tendo esse poder, é ali também que o dono vai buscar os votos para ele ou para quem ele quiser: — "Olha, se você não votar em mim, ou não fulano de tal você vai embora, você perde a sua roça."

"A uma população imensa, forte, disposta é negado até o direito de ter consciência, de se organizar, porque dizem até: se forem para o sindicato, eu tomo a sua roça. Mas os trabalhadores vão para o Sindicato assim mesmo".

"Chegando ao Ministério da Justiça para cobrar os nossos mortos, o ministro não nos recebeu e provocando ele".

"Mas nós não desistimos nós: nós fomos, no dia 25 de setembro, para o julgamento do fazendeiro que matou meu pai em 85. Dois anos para conseguir levar esse assassino a julgamento. E lá nós assistimos a justiça absolver esse fazendeiro, porque "ele é bom, porque ele dá dinheiro pro asilo, porque tem bons antecedentes, é amigo de juiz, amigo do prefeito, porque é amigo de político, porque financia os polícias daquela região. E o trabalhador que foi morto, era um simples trabalhador rural".

"O 1º fazendeiro que vai para o banco dos réus é absolvido. Com isto, está legalizada então a matança assassinato no campo. E os governos sabem disto. A Nova República prometeu que ia punir os assassinos. Só que foram os anos em que mais mataram trabalhadores."

Por isso, a responsabilidade dessa situação, do êxodo rural, do desemprego na cidade, dos salários baixos, da fome, da miséria e da vida que companheiros que estamos perdendo é do governo, da Nova República que agora faz um jogo muito mais sujo, porque manda bater, ajuda a matar e depois diz que não fez."

"E por isso, companheiros, que esta não deve ser uma luta só do campo".

"Quer parabenizar a iniciativa deste Congresso de já romper dentro de uma categoria, esse corporativismo, que não ajuda nossa organização." É muito importante que os companheiros debatam as lutas de todos os trabalhadores, para que daqui a pouco a gente não fale mais: luta do campo, luta da cidade, luta de todos os trabalhadores."

Resoluções - Plano de lutas

Com relação à conjuntura nacional foram aprovados os seguintes encaminhamentos, propostas e bandeiras de luta:

01 - Luta pelo não-pagamento da dívida externa.

Encaminhamentos: a - exigir do governo a realização de uma auditoria da dívida, com ampla publicação de seus resultados;

b - elaborar, com outras entidades, documentos, panfletos, cartilhas com o objetivo de esclarecer a população sobre a necessidade do não-pagamento da dívida externa.

02 - Encaminhamento das deliberações da Conferência Latino-Americana Contra a Dívida Externa. Pela unidade latino-americana e caribenha. Pelo avanço rumo a formas de integração econômica da América Latina e Caribe, a serviço do desenvolvimento e da independência de nossos países!

03 - Defesa do monopólio estatal do petróleo, gás natural, minério, biotecnologia, química fina e informática.

04 - Pela estatização dos bancos, empresas de transporte coletivo, saúde e educação, sob o controle dos trabalhadores em educação.

05 - Contra a privatização das empresas públicas estatais e pela intervenção dos sindicatos na gestão e fiscalização das mesmas.

06 - Pela socialização dos lucros das empresas estatais e privadas.

07 - Luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores na Constituinte, conforme reivindicações do movimento sindical.

08 - Participação efetiva da pressão que trabalhadores de todo o Brasil vêm exercendo sobre a Constituinte e divulgação ampla dos nomes dos parlamentares que vêm traindo a causa do trabalhador. Enviar telegramas de protestos para os mesmos.

09 - Que seja mantido o texto da Constituição que coloca como critério para aposentadoria o limite de idade, mas que não seja revogado o critério do tempo de serviço, devendo ser aplicado ao trabalhador aquele critério que mais justiça fizer a ele, cabendo à cidade, empresa, o direito de não limite, aposentar-se ou não.

10 - Que o salário do aposentado seja sempre equiparado ao ativo de sua categoria.

11 - Exercer sobre o governo pressão para que se estabeleçam mecanismos de proteção aos direitos dos aposentados, pensionistas, inativos e idosos.

12 - Que o menor salário do aposentado jamais seja inferior ao salário mínimo estabelecido pelo DIEESE.

13 - Aposentadoria integral aos 25 anos para os trabalhadores em educação.

14 - Luta pela devolução do que foi roubado aos nossos salários pelos planos econômicos da Nova República e as perdas históricas durante a ditadura militar.

15 - Salário mínimo segundo índice do DIEESE.

16 - Reajuste mensal de salários, pensões e aposentadoria, segundo índice do DIEESE.

17 - Pela eliminação das disparidades regionais. Criação de uma política fiscal que contemple, com investimentos, as regiões mais pobres.

18 - Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e política agrícola voltada para a produção de alimentos, com incentivos aos pequenos e médios produtores rurais.

19 - Pelo fim do assassinato dos trabalhadores rurais, pela imediata punição dos assassinos e mandantes.

20 - Saúde, educação e lazer públicos, gratuitos e de boa qualidade para todos.

21 - Financiamento real de moradia e custos compatíveis com os salários dos trabalhadores.

22 - Fim à truculência e à corrupção policial, ao SNI e a todas as formas de violência e repressão às lutas dos trabalhadores.

23 - Contra qualquer tipo de discriminação racial, sexual, religiosa, ideológica ou política.

24 - Pela demarcação das terras indígenas, respeito ao seu território, às suas riquezas naturais e culturais.

25 - Que o SINPRO e o SAE levem uma campanha em defesa do menor e pelo respeito aos direitos da criança.

26 - Por eleições diretas em todos os níveis em 1988, inclusive no DF.

27 - Pelo rompimento econômico e diplomático com o regime racista da Argentina e com os regimes ditatoriais do Chile e do Paraguai.

28 - Ajuda efetiva a outros povos oprimidos com a participação em campanhas de roupas e alimentos, bem como em brigadas internacionais de solidariedade aos povos da Nicarágua, Chile, El Salvador, Guatemala, Paraguai, ao povo negro da África do Sul etc.

29 - Que as entidades sindicais e o movimento popular criem mecanismos de participação nas resoluções quanto ao uso da energia nuclear.

30 - Por maior controle da energia nuclear no Brasil, por maiores esclarecimentos à população, para que não voltem a acontecer acidentes como o de Goiânia, e que o Estado se responsabilize pelas famílias das vítimas deste acidente.

31 - Pela defesa intransigente da ecologia.

32 - Pela demora e restrição da concessão das emissoras de rádio e TV e fim do monopólio da Imprensa.

33 - Contra a interferência das Forças Armadas nos assuntos internos do país.

34 - Reajustes isonômicos e simultâneos para servidores civis e militares.

35 - Contra a campanha de desmoralização do servidor público pelo governo e grupos monopolistas nacionais e internacionais, com vistas à privatização de empresas públicas.

36 - Pela construção de creches para os filhos dos trabalhadores.

37 - Pela defesa da Ecologia.

Como a organização dos trabalhadores é uma questão urgente que se coloca para todos nós, o debate do sindicalismo foi, sem dúvida, o mais acirrado, o mais emocionante, o mais longo. Durante mais de quatro horas os congressistas debateram com os representantes da CUT e da CGT. Das palestras, seguem-se os trechos principais:

CGT

Sem entrar no assunto

Pela Central Geral dos Trabalhadores — CGT, o professor José Libério Pimentel, coordenador da CGT-DF, 3º vice-presidente da Federação dos Servidores Públicos.

Saída o grande plenário dos companheiros que estão na luta pela reconstrução de um país democrático. Sauda Avelino Zanzer.

Está no Congresso, apesar de professor, apesar de credenciado como delegado, está representando a CGT, atendendo a pedido formulado em ofício assinado pela presidente do Sinpro. Reclama que assinou a tese apenas com o nome de professor nacional da classe trabalhadora da CGT. Deixa claro que a CGT não defende tese nos grupos do Congresso, nem em plenário porque ela é uma entidade e essa categoria é representada por outra entidade que é o SINPRO, portanto a tese é de inteira responsabilidade do professor Libério e não da CGT.

Faz um breve histórico da articulação nacional dos trabalhadores e passa a analisar a conjuntura sindical nacional e latino-americana.

Fala da resistência de algumas categorias diante a ditadura militar. De 64 a 81 não houve uma articulação nacional da classe trabalhadora. Em 1981 ela é reiniciada através da Conclat realizada em Praia Grande em 1981, com mais de 5 mil trabalhadores. Uma parte da Pró-CUT fundi em São Bernardo em agosto de 1983 e a outra parte fez o Congresso da Praia Grande, o que cristalizou a divisão.

Denuncia o sindicalismo de resultados preconizado por Rogério Magri — eletricitários de São Paulo e Medeiros — Metalúrgicos de São Paulo que foram contra a greve geral do dia 20, colocando uma visão corporativista: deve-se conseguir tudo por categoria. O Nordeste faminto, as pessoas desempregadas e toda a miséria que existe no país, isto não interessa ao Sindicalismo. «O sindicalismo deve ser feito pura e exclusivamente, para encher o bolso do trabalhador daquela categoria»; «é uma visão norte-americana, terrível para o Terceiro Mundo, para a América Latina e disto nós discordamos frontalmente, apesar de essa vertente estar dentro da CGT, mas não é maior».

A CGT preocupa-se com a falta de credibilidade do movimento sindical evidenciada na greve geral, ou a incapacidade de se articular com outros setores da sociedade. Considera que o movimento sindical é nascente, é criança e não tem capacidade de articular-se de forma concreta e efetiva.

Propõe que seja repensada a prática sindical, já que apenas 20% dos trabalhadores brasileiros são sindicalizados.

Elogia o movimento sindical peronista da Argentina e propõe que aprendamos com eles.

Fala que o movimento sindical brasileiro é maquieta, e incapaz de representar o desempregado, o subempregado e de se articular com o contraproposta, deixando que os empresários ocupem espaço que deveriam ser nossos.

Denuncia a tentativa do imperialismo em desnacionalizar as economias dos países da América Latina.

Propõe a unidade dos povos latino-americanos, tendo como protagonista a classe trabalhadora organizada, defendendo os interesses da população.

«A CGT-DF fez um encontro com Alices Avelino, sindicalista da Nicarágua que informou da frente das Centrais Sindicais com o

igreja, pequenos, médios e até grandes empresários».

Fala da unidade programática da classe trabalhadora.

Discorda do deputado José Genoíno que propõe unidade programática com o setor combativo do movimento sindical porque isto é restrição ideológica-partidária. Na greve geral a CGT trabalhou em cima de um programa mínimo.

A CGT no DF, passa existir depois do dia 20 de agosto e fez unidade com a CUT-DF na Greve Geral.

Fazer unidade não é fácil porque há diferenças ideológicas, mas a CGT propõe-se a uma frente ampla. Embora a CGT tenha em seus quadros o Magri e o Medeiros que detêm sindicatos importantes as alianças com o PC e com o PC do B têm garantido maioria dentro daquela central.

Parabeniza o plenário repleto e chama todos a ir em frente, somando aquilo que for possível.

Na réplica a Avelino, o professor Libério informa que o Sinpro-DF participava dos congressos da CUT e da CGT e que a CGT-DF se estrutura após a greve do dia 20, sendo que naqueles Congressos sempre ele chamou a atenção.

Avalia que a proposta da COSUI foi idealista até infantil, pois pensava que a simples chamada para unidade acabaria com o jogo de interesses entre CUT/Conclat.

Nega que a COSUI fosse uma 3ª força e sim uma coordenação e faz um histórico do trabalho dessa coordenação.

Confirma, que dentro da Comissão Pró-CUT existia um setor que não queria confronto com o governo, representado aí pelas Confederações, com exceção da Contag. Mas existia também a questão do artigo 8º, que permitia, segundo Libério que a Associação do 10º andar do BNH manasse delegado, o que interessava ao pessoal da CUT que poderia ser sufocado, pois não tinha, ainda, força suficiente para ter a hegemonia da classe trabalhadora brasileira. A divisão por erros de parte a parte: os pelegos sem querer confrontar o governo e o pessoal da CUT sem querer pôr em risco sua hegemonia na classe trabalhadora, sendo que, quem pagou caro, foram as forças que não tinham grande articulação, nem muito dinheiro: os partidos comunistas e os independentes, entre os quais se inclui.

Não coloca em dúvida a combatividade e a militância da CUT. A CGT está ainda se estruturando devagar.

Quanto à filiação do Sinpro a uma Central, eu, aqui, como representante da CGT, não tenho uma palavra a dizer. A CGT não interfere em categoria. Nós não vamos dizer se preferir ou não se filiar. Nós não vamos interferir na decisão de uma categoria que deve ser autônoma, que tem as suas lideranças, então as suas lideranças que se coloquem, se filiem, que arguem com as responsabilidades. Não vamos entrar nesse assunto.

Ao final...

Após a votação e aprovação da filiação do Sinpro-DF à CUT, a professora Amélia em nome da CGT declarou que ficou penalizada com a decisão, mas acrescentou: «Agora, como classista, eu parabenizo todos nós pelo nosso Congresso e por termos nos filiado a uma central de trabalhadores. O princípio das duas é o mesmo. A prática de trabalho é que diverge em um ponto. Então, mesmo tendo sido a CUT, eu estou aqui maravilhada porque nós iremos lutar com mais garra, com mais firmeza por nossas propostas».



Avelino Zanzer: "Não podemos ficar esperando por um salvador..."

CUT

A proposta é de filiação

Emocionado, o secretário-geral da CUT, Avelino Zanzer disse que é um prazer ver os professores e servidores do DF, nesta demonstração de consciência e de união.

Falou da diferença entre ter consciência e conhecimento e da necessidade de que os trabalhadores tenham consciência de classe, consciência de que, se alguém tem mérito neste país, «somos nós e nossos filhos».

«Não podemos ficar esperando por um salvador, nem que a diretoria do Sindicato, sozinha, resolva nossos problemas e sim a união da categoria dentro de si e com as outras, para aí partirmos para as transformações sociais».

Fazendo um histórico da criação da CUT, diz que em 1981 houve a grande Conclat. Lá apareceram as grandes divergências, as duas visões de sindicalismo, em que «uma, a nossa, achava que tinha que avançar, que o papel da diretoria é o de dividir as idéias com a categoria e não fazer da direção um emprego, status, meio de vida e colocar-se a serviço da categoria».

Falou dos adiamentos que sofreu o Congresso que devia fundar a Central Única dos Trabalhadores. Lembra que 20 dias antes do Congresso de 1983, uma parte do movimento sindical não aceitou que a base chamasse, com critérios, assembléias para tirar delegados para ir ao Congresso, caso sua diretoria não o fizesse. «Retirou-se foi realizar o Congresso da Praia Grande, fundando a Conclat, hoje CGT».

Criou caso com o artigo 8º. Na verdade, naquela época, ainda, nós sabíamos que uma grande maioria de dirigentes sindicais, importantíssimos, tinham feito dos sindicatos um cabide de empregos, durante a ditadura militar, e tinham, inclusive, sido colocados como interventores nos sindicatos pelos militares, e que não queriam e não iam convocar assembléias porque a categoria ia querer ir ao Congresso fundar a CUT. Por isso, as categorias tinham direito, sim, de que se a diretoria não o fizesse, a categoria puxasse e fizesse uma assembléia para escolher delegados ao Congresso. E isto era uma decisão muito responsável, muito séria.

Esclarece que não foi o segmento que hoje é CUT que se retirou do Congresso chamado unitariamente.

«Assim, fomos ao Congresso, como já estava deliberado unitariamente e fundamos a CUT».

Falou Avelino da organização de sua Central que está avançando e das propostas claras de luta tiradas em seus Congressos: prega a unidade de ação, visto ser impossível a

unidade orgânica devido às divergências do movimento sindical.

«Foi sempre a CUT em todas as ações, nas greves gerais, nos grandes embates, na Conferência Latino-Americana e Caribenha, que propôs à CGT, que foi negociar com a CGT porque a categoria que era importante a unidade de ação».

«Após a fundação da CUT, houve 02 tentativas de fundação de central: A COSUI — Coordenação Sindical Unitária Independente — puxada por Libério — que articulava o setor mais atrasado do movimento sindical de Brasília, falando em unidade e articulando o setor mais atrasado, não sei se consultando ou não a categoria». Teve também a USI — que reuniu 10 ou 20 pessoas e saiu dizendo que era Central Sindical Independente.

«A CUT é uma central que procura desenvolver um trabalho de classe, de base, de conscientização. Nós acreditamos efetivamente no trabalhador: ou o trabalhador acredita, começa a confiar no trabalhador e vamos na construção dessa Central, partindo por associação em massa nos sindicatos, reforçando as diretorias que se comprometem, combatendo as diretorias que são pelegas, traem a categoria».

Propôs que os trabalhadores, além de se organizarem no movimento sindical, organizem-se também nos partidos políticos.

Falou do auxílio da Igreja, que entendendo que a Contag, fazendo um caminho de conciliação e de assistencialismo, não vem avançando, não vem organizando, como devia, a luta no campo, tem se constituído numa poderosa aliada da CUT, através de sua Comissão Pastoral da Terra — a CPT.

Quanto à filiação a uma Central Sindical, Avelino disse que a CUT veio realmente para ser única, e chamou os professores para a construírem junto com outras categorias: «Não é para ficar pensando como alguns dirigentes sindicais que achando que a gente é burro, que a categoria não está preparada, que a gente não sabe, que a gente não sei o que tem... E como se diz: eu estou preparado mas a categoria não tá. E eu pergunto a este tipo de sindicalista: o que é que você fez para preparar a categoria, companheiro? Qual foi seu comportamento para preparar a categoria?»

Avelino Zanzer disse que o que divide a CUT e a CGT são as suas concepções de sindicalismo. A CUT defende que se deve fazer um sindicalismo de massa, que conscientize, que ajude a apontar aos trabalhadores o caminho de construção de uma sociedade alternativa.

Resoluções

Nós, Trabalhadores delegados no I Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF, defendemos os princípios da **Liberdade e Autonomia Sindicais**, pois não queremos que o Estado imponha estrutura sindical alguma aos trabalhadores, bem como acreditamos que todos temos o direito de nos organizarmos de forma livre e independente.

Defendemos também a organização de todos os Trabalhadores de todas as áreas em uma Central Sindical.

Assim, levamos a todos os companheiros e companheiras Trabalhadores em Educação, as decisões aprovadas após exaustivas horas de discussões e debates.

1- Filiação do Sindicato dos Professores no DF à Central Unica dos Trabalhadores. Cabe esclarecer que o Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar já é filiado à CUT.

2- Continuidade da luta pela ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho-OIT (ver texto pág. 12. Quadro Negro n° 57) pelo Brasil, contra a unicidade imposta por lei.

3- Pela aprovação da Convenção 151 da OIT que permite a sindicalização dos Servidores Públicos.

4- Os sindicatos devem ser soberanos em suas decisões e independentes do Estado, dos patrões, dos partidos políticos e dos credos religiosos.

5- Lutar para que os sindicatos sejam organizados por área de atividade, ou ramo de produção, tendo como objetivo a aglutinação de atividades afins em um mesmo sindicato. Ex. Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

6- Luta incansável pelo direito irrestrito de greve e pela estabilidade no emprego.

7- A estrutura sindical deve ser instrumento regido por total democracia, garantindo, dessa forma, a mais ampla liberdade de expressão das correntes de opinião internas e mantendo a unicidade.

8- Pela unificação dos trabalhadores desde seus locais de trabalho até sua instância máxima ficando nossa unidade garantida pela força política e pelo avanço da consciência contra a exploração.

9- Os sindicatos devem desenvolver ação sistemática de combate a todas as formas de exploração, buscando ampliar conquistas econômicas, políticas e sociais.

10- Lutar para que as eleições sindicais sejam coordenadas por mecanismos criados pelos trabalhadores, em suas diversas instâncias, garantida, sempre, a mais ampla democracia.

11- Criação, nos sindicatos de Trabalhadores em Educação, de uma Secretaria de Assuntos Educacionais e Culturais.

12- Pela unificação das datas-base dos Trabalhadores em Educação do ensino público, privado, da pré-escola ao 3° grau e luta pela unificação das datas-base de todos os trabalhadores em nível nacional.

13- Criação de comissão sindical de base em cada local de trabalho presidida pelos delegados sindicais, (SAE/SINPRO) ou pelo representante da escola (no caso das particulares), com as seguintes funções:

- Representar os trabalhadores no local de trabalho;
- Levar a política do sindicato de base, garantindo o cumprimento das resoluções de Congressos, Assembléias ou Plenários;
- Promover a sindicalização e lutar para o fortalecimento da entidade e o crescimento da organização da categoria;
- Garantir o cumprimento dos acordos coletivos celebrados;
- Levar, ao local de trabalho, todo o material de veiculação de campanhas e planos de ação dos sindicatos;
- Lutar pela qualidade do trabalho;

- Promover a educação sindical no local de trabalho;

Observação: A comissão sindical de base deve ser única: SAE/SINPRO.

14- Que o SINPRO e o SAE façam campanhas salariais unificadas.
15- Pela livre divulgação de toda propaganda sindical nos locais de trabalho e pela livre circulação dos dirigentes sindicais nesses mesmos locais, sendo-lhes outorgado o direito de realizar reuniões extraordinárias com todos os trabalhadores no momento da visita, com critérios.

16- Que os sindicatos dos Trabalhadores em Educação promovam palestras e discussões sobre o sindicalismo brasileiro.

17- Que os delegados deste I Congresso repassem aos colegas as discussões feitas e as decisões aqui tomadas.

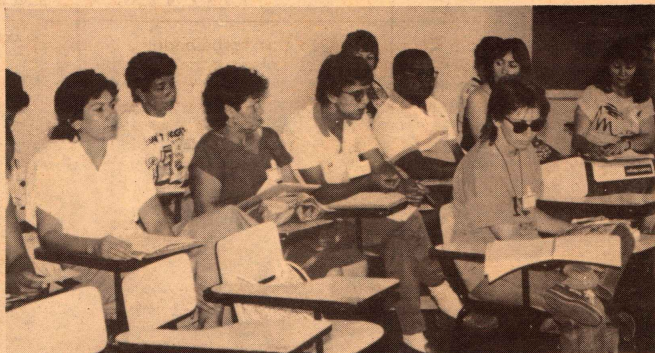
18- Que o SINPRO/SAE promovam cursos de Educação Sindical.

19- Que os sindicatos, prioritariamente, apoiem, incentivem e contribuam na organização das lutas populares por transporte, moradia, saúde, educação, abastecimento e outras, desenvolvendo a sua unidade também como o movimento popular.

20- Que os sindicatos de trabalhadores urbanos apoiem, prioritariamente, a luta dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais, promovendo campanhas financeiras para auxiliar a luta dos companheiros Trabalhadores no campo.

21- Que os Trabalhadores em Educação promovam a campanha: "Doe uma hora de seu salário para a luta dos Trabalhadores no Campo".

Observação: os recursos arrecadados devem ser enviados à Secretaria Rural da Central Unica dos Trabalhadores, que se articula com a Comissão Pastoral da Terra-CPT e com os Sem-Terra.



Uma decisão importante: a criação da comissão sindical de base por escola ou local de trabalho

Comissão Sindical de Base

É preciso prestar bastante atenção nesta proposta aprovada no I Congresso. A criação de Comissão Sindical de Base, por escola ou local de trabalho representa um importantíssimo e fundamental passo para o fortalecimento da organização dos trabalhadores, no caso, os de educação.

Detalhadas, na proposta, as funções que tem essa Comissão é preciso enfatizar: — com a sua criação e implementação, o delegado sindical ou representante de escola, não mais ficará sozinho com as tarefas de organização dos trabalhadores. O Sindicato é trazido para dentro do local de trabalho porque todas as reivindicações, todas as reivindicações,

todos os acertos de grupo dentro dele mesmo, ou com as direções das escolas, principalmente as particulares, serão encaminhadas via Comissão de Base. Isto evita sobrecarga do delegado sindical ou representante de escola, divide responsabilidades, fortalece a união e faz dos problemas ou reivindicações de cada servidor ou professor, interesse de todos.

Por outro lado, o jogo de pressões para enfraquecer nossas categorias ficará praticamente inviável porque haverá, entre as diretorias dos Sindicatos e a base, interligação tão estreita, que a fofoca, a desinformação, a contra-informação, a divisão, não terão espaço.

Com certeza, a conti-

nuidade de prática "dividir para governar" será dificultada, se não, banida de nosso meio.

Pelo acordo coletivo 87/88 os professores e os auxiliares têm um delegado sindical por local de trabalho. Logo encaminharemos sua eleição, da forma mais democrática e menos burocrática possível.

É necessário que comecemos nossa campanha salarial do próximo ano com todas as instâncias de organização funcionando a todo vapor, para garantirmos tal coisa, que sejamos um indutível bloco feito do concreto da mobilização e da indutível vontade de conquistarmos nossos direitos.

Por autonomia e liberdade sindicais!!

O I Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF votou pela ratificação da Convenção 87 e contra a unicidade imposta pela lei.

Entretanto, por 63 votos a 19, a Comissão de Sistematização, no dia 15 de outubro, aprovou a unicidade sindical que visa manter o controle do Governo sobre as entidades dos trabalhadores. A manutenção da unicidade sindical imposta por lei foi proposta do deputado Geraldo Campos, PMDB-DF e viabilizada junto aos constituintes pelo senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, poderosa entidade patronal que atuou junto com os parlamentares do PCB e do PC do B e dos partidos burgueses, com raras exceções, na consecução desse objetivo.

Durante as duas horas de discussão do item, Jair Meneguelli, presidente nacional da CUT, discutia nervosamente com os parlamentares dos partidos ditos comunistas, PC e PC do B, no sentido de conven-

cê-los a votar a tese de que os trabalhadores devem ter liberdade para se organizarem, sem a tutela do Estado, derrubando a atual estrutura sindical fascista.

Em contrapartida, o senador Albano Franco, PMDB-SE, afirmava que "a unicidade é a melhor proposta para o estágio do País".

É interessante ressaltar que parte do PMDB, a ala esquerda, chamada MUP — Movimento de Unidade Progressista — concordava com a proposta de autonomia e liberdade sindicais do PT, mas mudou de opinião depois de seguidas conversas com Albano Franco e os "moderados" da Comissão.

Ainda assim, Luiz Inácio Lula, PT-SP, tentou passar uma emenda em que propunha que não fosse necessária autorização do Estado para a fundação de entidades de trabalhadores. Por 83 votos a 5, a proposta foi rejeitada e aprovada a unicidade para as associações sindicais "em qualquer grau", numa mesma base territorial.

A nós parece que é neces-

sário explicar melhor aos srs. deputados a proposta de liberdade e autonomia sindicais pois a CUT não defende o pluralismo.

Segundo interpretação do deputado Geraldo Campos, PMDB-DF, a CUT e a CGT teriam de se unificar após a promulgação da nova Constituição. E, eles, realmente, não desistem de querer barrar o avanço da CUT.

A Central Unica dos Trabalhadores, fundada em agosto de 1983, foi criada e vem sendo construída pela soberana vontade dos trabalhadores que não abrirão mão de seu direito inalienável de liberdade na construção de suas entidades e sua organização livre, independente do Estado, de partidos e de patrões como Albano Franco!

A CUT não depende do reconhecimento de patrão ou do Estado. Sua construção e seu fortalecimento estão em nossas mãos e a filiação do Sinpro a ela, a fortifica na luta pela liberdade, pela união, por vida digna para todos os trabalhadores!

Formação sindical, papel da escola

Essa preocupação com educação sindical é uma preocupação comum dos educadores, enquanto educadores e dos sindicalistas enquanto tais.

Para qualquer direção, liderança sindical, a questão de formar quadros em seu sindicato é vital para a sobrevivência do movimento.

Para a maioria dos sindicatos principalmente de categorias ligadas à produção, operários, comerciários, sindicatos rurais, é muito difícil responder a esta questão quase que de ordem pedagógica: como fazer com que os trabalhadores se desenvolvam, cresçam politicamente através da sua luta sindical? Como impedir que a luta sindical seja conduzida de forma mediocre, limitada ao momento em que se está reivindicando melhores condições de trabalho, que é o momento em que, tradicionalmente a base do sindicato atende mais ao chamado da entidade, ao chamado da direção?

Como fazer com que os trabalhadores de cada categoria compreendam e que tenham relações de trabalho que se dão no dia-a-dia, que compreendam onde é que está o mecanismo da exploração, onde é que estão as válvulas de escape, onde é que estão os pontos de tensão e que está o ponto de partida da organização por local de trabalho.

Essas questões todas são questões do terreno da Pedagogia e é por esse razão que a maioria das direções sindicais é obrigada a assumir um pouco o papel do educador ao trabalhar com categorias com maior ou menor grau de politização.

Nós educadores, temos essa mesma preocupação, independente do trabalho sindical. Nas escolas, nós se formam apenas profissionais: as nossas filhas, nossas professoras elas têm a função fundamental de formação para uma vida social e política, de formação plena do cidadão. É impossível falar-se em formação plena do cidadão, desde a pré-escolar até os estudos mais avançados se não se dá a ele a consciência do seu próximo papel futuro enquanto trabalhador.

Durante os anos tristes da ditadura a educação sindical foi banida das escolas. No interior dos sindicatos, a formação de quadros foi altamente reprimida.

Ao mesmo tempo que devemos ser militantes dos nossos sindicatos, devemos dar a formação sindical como parte de uma educação total, completa, da Pedagogia concreta que deve ser colocada hoje.

A história dos sindicatos e das organizações dos professores é bastante tortuosa. Tão tortuosa que eventos como este I Congresso em que servidores e professores sentam-se juntos a discutir juntos seus problemas são eventos ainda hoje, em 1987, muito raros. Nós ainda mantemos o ranço que vinha dos 1ºs sindicatos de professores, dos anos 40, que eram na verdade, clubes de saber. Os sindicatos de professores procuravam angariar os recursos de mais idade, mais experiência. A esse era liberada a inscrição à Associação Sindical e esses procuravam, de uma forma corporativa, garantir seus privilégios como a cátedra, a alta titulação e não se permitia sequer que o professor que iniciava sua carreira ingressasse no sindicato.

Nos anos 40, 50 e até nos anos 60, como resultado dessa política, os sindicatos de professores tinham 3 a 10% do total de professores de sua base. E não é porque os demais não procurassem sua entidade. E que ao fazê-lo, tinham recusado o seu



Ari Vicente, professor da Universidade de Campinas, SP: "Durante a ditadura a educação sindical foi banida das escolas"

pedido de sindicalização.

Os Sindicatos de Professores então tinham um caráter corporativista, elitista e absolutamente nefasto porque ao admitir apenas os professores eméritos como associados, ao transformar os sindicatos em clubes, negavam por completo toda e qualquer identidade entre o professor e um trabalhador.

Os servidores das escolas eram consideradas a raiz, a plebe. Deviam tratar os professores com o maior respeito, deviam obedecer fielmente a tudo que eles pedissem e jamais ousar pisar nos clubes, nas agremiações que eram denominados sindicatos.

Como resultado disto, até os anos 60, a maioria dos sindicatos de professores tinham direções que se perpetuavam, se reproduziam, se repetiam. O Sindicato de Campinas, por exemplo, teve um mesmo presidente por 24 anos.

Entre nós, professores, teve muito mais um recorte conservador, reológico, do que um recorte progressista. Não foi por outra razão que nos anos 60, os servidores também começaram a organizar seus sindicatos que, como aqui, são separados dos sindicatos dos professores, mas já foi um avanço, porque a partir daí os servidores começaram a ter seus próprios sindicatos, chamados de Auxílios de Administração Escolar.

Raramente os servidores têm ação conjunta com os professores.

A estrutura sindical brasileira se desenvolveu muito nos anos 60. Mas ela cresceu mais em tamanho, em regalias da alta cúpula das direções sindicais do que em combatividade. Com raras exceções, historiadores começaram a registrar, em meados dos anos 60 os primeiros movimentos da base para cima, a revelar, inclusive de suas direções sindicais.

Os companheiros devem saber que existe uma verdadeira aristocracia sindical nesse país, fruto de mais de 50 anos de legislação corporativa.

O tratamento da estrutura sindical do Estado não se limita apenas a impedir a ação concreta dos sindicatos, mas, faz também com que as lideranças sindicais realizem uma verdadeira carreira no interior do sindicato, daí para a Federação, passando para a Confederação e daí para o Tribunal Regional do Trabalho ou para o Ministério do Trabalho em altos cargos, geralmente bem remunerados.

É importante observar que sem-

pre que há julgamentos no Tribunal do Trabalho, ilegalidade de greves de qualquer categoria, ou dissídios trabalhistas, a notícia dos jornais traz a votação de cada um dos juizes, (existem os juizes togados que são os juizes de carreira da justiça e os vogais ou juizes classistas que não fizeram necessariamente o curso de direito) vimos que aqueles oriundos da aristocracia sindical votam sempre contra os interesses dos trabalhadores, cuja causa está em julgamento.

A seguir, Ari Vicente, narra a votação na Constituinte que manteve a unicidade sindical imposta por lei, por força do convênio levado a efeito pelo senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria-CNI representante dos sindicatos patronais dentro da Constituinte.

A CGT sempre defendeu a unicidade e a CUT, a liberdade e a autonomia sindicais. O argumento da CGT sempre foi o de que liberdade e autonomia sindicais interessavam aos patrões porque permitiram o pluralismo sindical. Quem leu os jornais de hoje, tal a prova histórica: interessa aos patrões a unicidade. Isto aí que está sendo tratado pela imprensa de forma bastante difusa, é um fato histórico da maior relevância: os patrões jogaram o tempo todo uma farsa, defendendo a pluralidade sindical para esvaziar a discussão, ou pra tirar conteúdo. Eu como trabalhador, defendendo a pluralidade, contra a aristocracia sindical, contra as burocracias de antigos trabalhadores que se bandearam para o lado patronal e me sinto mal porque vem alguém e me diz: "Pô, mas o que você está defendendo é o que os patrões defendem!"

Está aí pra quem duvidava, a posição real das classes empresariais deste país, é a torção da unicidade e por isso, a unicidade foi aprovada na Comissão de Sistematização e dificilmente será alterada porque ela está na origem do sindicalismo corporativo e fascista que estamos tentando a todo custo abolir.

Não devemos organizar professores de um lado e funcionários do outro. É claro que temos, professores e funcionários, especificidades, reivindicações próprias e em muitos pontos, bastante distintas mas a organização sindical deve ser, antes de mais nada, política e deve privilegiar, antes de mais nada, a organização por local de trabalho. Numa escola, não existe ensino se não existem funcionários.

Não é apenas de professores e alunos que é feito o processo de ensino-aprendizagem. Os funcionários não são apenas aqueles caras que, como se pensava nos sindicatos de professores, das décadas passadas, não são aqueles trabalhadores ignorantes que vão atrás do professor carregando o giz ou vão lá perguntar o que ele precisa ou vão varrer a sala depois que a aula magna se encerrou. Começou-se a adotar a consciência de que os trabalhadores da escola por mais simples, por menos qualificados que seja sua função, cumprem também um papel educativo no interior do ambiente escolar. E a partir daí começou-se a usar a expressão "trabalhadores em educação" que tenta superar dois rancos do passado. Primeiro: um funcionário não pode sentar-se junto com o professor para discutir os rumos da educação. Pode e deve, e está aqui sentido hoje.

O segundo: o professor não é um trabalhador, pois tem uma função suprema, um sacerdotio, uma nobre função. E por esta função sacerdotal, assim como os padres não reivindicam salários, uma milhã de professor, pedir salário, uma deseducação aos seus alunos ficar reclamando que está ganhando mal ou dizer que o dinheiro que ganha não dá nem pra comer.

E com base nesse pensamento reacionário que durante muitos anos e até hoje, centenas ou talvez milhares de professores se sentem um pouco angustiados de participar de uma greve, de fazer uma declaração à imprensa de que está passando fome. E nós somos uma profissão — quando eu dizia que a educação sindical passa pelo reconhecimento ativo da nossa própria relação de trabalho — uma profissão que hoje é assalariada e ao mesmo tempo, em grande parte, trabalhadores autônomos.

Um sindicato, qualquer sindicato não deve se restringir apenas à dimensão puramente reivindicatória sindical, salarial no momento em que se vai negociar com os patrões, ao quanto será o salário. O sindicato tem que também fazer política e fazer crescer a competência profissional do ramo de seus associados. Isso é tarefa nossa. Nós sabemos que sempre que a educação está na mão dos governantes, ela resulta em absurdos totais. O governo, o Estado têm obrigação de manter as escolas, mas não tem competência nenhuma para dizer o que deve acontecer no ensino. Ele deve respeitar um princípio fundamental: educar, educar a autonomia didática, pedagógica de todas as unidades de ensino.

Essa autonomia é também uma das principais qualidades que nosso sindicato deve ter.

Nós temos que trabalhar em questão da autonomia nesse duplo sentido. Não temos que defender a autonomia do processo educacional, com os trabalhadores na escola, assumindo a gestão da escola e os rumos políticos do próprio processo pedagógico e nós temos que lutar pela autonomia do sindicato. Se o sindicato trabalha demais questão acadêmica começa a ser acusado pelos professores e servidores de não estar levando adiante a questão salarial imediata — "está lá discutindo política de ensino, consumo, mas salário que é bom, não sei". Se ao contrário o sindicato só discute salário, está acaba imbecilizando a categoria — fazendo a prática do que nós chamamos de plebeuismo moderno. É importante que um sindicato de educadores trabalhe essas duas dimensões, a dimensão acadêmica que a discussão das relações de trabalho, do interior da própria escola, que são a essência do que temos hoje no sindicato. Nessa linha acadêmica, há

um risco muito sério, com essa democratização dos anos 80, o movimento dos professores e servidores, começou a obter conquistas de democratização interna nas unidades de ensino. Começou a se conquistar eleições diretas para diretores de escolas, chefes de disciplinas, de departamento, etc, participação de professores, servidores e alunos nos órgãos colegiados que tomam as decisões. O sindicato tem um papel importante na conquista desse espaço, mas quando esses sindicatos, ainda estão afetados por esse passado pelego, os sindicatos acabam cumprindo, uma vez democratizado um certo espaço, na educação, um papel extremamente perigoso, que é de ocorrer esses espaços, fazer conluíus com as direções das escolas, principalmente as privadas, e a partir daí os líderes sindicais e seus amigos, acabam formando um novo espaço que nós chamamos de burocracia acadêmica. Esta é muito parecida com aquela aristocracia sindical. E uma espécie de abastardamento, e com isso o professor e os servidores começam a desacreditar de suas lideranças sindicais, pois antigos dirigentes, se tornam diretores, e passam a ameaçar professores que lutam por seus direitos, mesmo que em cada escola, e é a reprodução do que ocorre na nova república, ou na velha, enfim no Governo Federal: os discursos radicais dos nossos antigos parlamentares de oposição, eles hoje são negados pelo mesmo parlamentar que ocupa o posto que ele questionava antes. Basta ver ministros liberais defendendo o arrocho salarial, quando antigamente escreviam tratados, criticando o mesmo arrocho salarial no Governo militar. Há muitos obstáculos a superar. Esse Congresso é um ponto de partida importante.

Eu chamaria atenção para o recurso espírito da emissão imotivada, sem maiores razões. Temos percebido o esforço cívico dos nossos amigos que estão passando perante a Constituinte, como pessoas desinteressadas: eu abri, eu sustento essa escola pelo amor à educação e à cultura: nós não tiramos nada dali, todo o dinheiro é investido na própria escola, por isso precisamos de dinheiro do Estado para melhorar a qualidade de ensino, e pagar melhor os cotados dos professores. Mas se alguém diz é uma empresa e como tal não pode receber dinheiro do Estado, aí eles dizem: "não, não é uma empresa, é uma instituição de ensino, pois a democracia é baseada em uma prática dentro das escolas, com base na legislação trabalhista," com base na interpretação jurídica de que a escola é uma empresa e o dono tem o direito de contratar o funcionário, na hora que quiser.

Então, nós temos que enfrentar essa questão, nós temos que enfrentar fazendo do sindicato, das organizações, dos professores, dos funcionários, canais efetivos de todas as nossas lutas, não é para vir aqui só no dia de reclamar salário, não é para vir nas assembleias só no dia que foi decidido a questão de fazer do sindicato o canal de luta cotidiana e, temos como educadores que nos colocar a disposição de toda estrutura sindical para cumprirmos o trabalho de auxiliar e apoiar os movimentos de educação de seus militantes, quer dizer, a função dos trabalhadores em educação é dupla: é se organizar enquanto trabalhador e ajudar os demais trabalhadores na sua educação sindical.

O SINPRO NA CUT

A importância de o sindicato ter se filiado à Central Única

Quando o governo decretou pacotes econômicos (Planos Cruzados I, II, Plano Bresser etc...) os salários de todos os trabalhadores ficaram congelados e o nosso gatilho foi roubado. Essa política de arrocho, baixos salários, desemprego e inflação atinge todos os trabalhadores, sem escolher categorias. Assim, é necessário que o conjunto da classe trabalhadora se una cada dia mais nas suas lutas comuns e se organize para dar uma resposta conjunta, e um basta a toda situação de injustiça em que vivemos. Esse instrumento é uma Central Sindical.

Quando os trabalhadores do campo reivindicam reforma agrária, nós trabalhadores da cidade temos que nos unir a eles, porque reforma agrária é uma luta nossa também. Diretas já, o não-pagamento da dívida externa, a luta pelo ensino público, gratuito, de boa qualidade e em todos os níveis, salários justos, moradia e transporte de qualidade, saúde, emprego para todos, são bandeiras de lutas comuns dos garfs, rodoviários, arquitetos, médicos, professores e de todas as categorias.

Então, onde organizar nossas lutas comuns?

Onde somar nossas forças?
É claro que é numa CENTRAL SINDICAL!

Assim, no I CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO após três dias de intensas discussões a categoria presente, mais de mil delegados, optamos pela filiação a uma Central Sindical — a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

O que muda?

E a nossa independência?

Estamos atrelados?

São dúvidas comuns para aqueles que não participaram das discussões, mas nós que deliberamos sobre a filiação, sabemos que nossa responsabilidade ficou maior, que será preciso redobrar o trabalho de base, de visitar as escolas, de desenvolver cada vez mais a postura combativa do NOVO SINDICALISMO, sem conchavos, e segundo os interesses da nossa categoria.

ATRELADOS? Não estamos obrigados nem atrelados a nada, a não ser com as nossas convicções de nos unirmos a todos os trabalhadores, cada vez mais e de forma concreta na defesa dos nossos direitos. E de uma vez por todas, companheiros, vamos ter a clareza de que a CUT não é um partido político, ela é uma central sindical que une as lutas e reivindicações de todos os trabalhadores do campo e da cidade de norte a sul, de leste a oeste deste País, sem distinção de credo, raça, ou partido político.

E, nós, professores do DF, uma classe guerrilheira, combativa, poderíamos ficar fora desse instrumento de unificação?

É importante lembrar também que os professores de Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pará, Sinpro-ABC, Rio de Janeiro, e muitas outras entidades de professores já se filiaram à CUT. Em Brasília, categorias como os Arquitetos, Vigilantes, Rodoviários, Odontólogos, Gráficos, Auxiliares de Administração Escolar, Associação dos Aposentados também estão filiados.

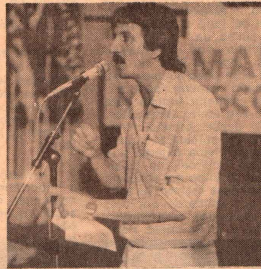
Ser filiado à CUT não é atrelamento nem dependência, é acreditar na construção de um instrumento de luta e de unificação da classe trabalhadora, e nós do Sinpro-DF acreditamos nisso.

Lúcia Carvalho

Discussão dos professores



Márcio, Peninha e Lúcia Iwanow: Sim à CUT



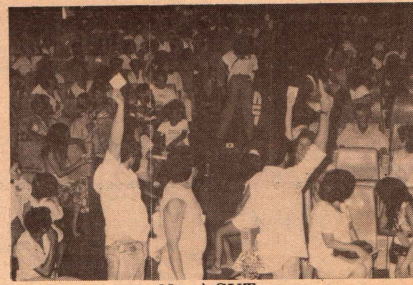
Firmino, Libério e Amélia: Não à CUT



Votação dos professores



Sim à CUT



Não à CUT

Chico Vigilante: "É um exemplo"

Após a filiação do Sinpro-DF à CUT, o presidente da Central em Brasília, Chico Vigilante, deu a seguinte entrevista:

QN — Como é que você encara o fato de em discussões sobre o sindicalismo no DF, pessoas, dizerem que não gostariam de ver a própria entidade filiada à CUT, porque ela é dirigida por um peão?

Chico — Isso é normal. E o preconceito que existe por parte de algumas pessoas é o fruto do que sempre disseram para gente a respeito do trabalhador. Isto é, o trabalhador deve apenas trabalhar, e que para atuar a nível de política ou mesmo a nível sindical, tem que ser doutor. Mas é preciso ter claro que não existe facilidade para ensinar fazer sindicalismo, política partidária ou mesmo movimento social. É preciso que a gente faça na prática, independente de ser peão ou não, para provar que somos capazes. Gostaria de dizer também que somos um País com 56% da população praticamente analfabeta, mas o

peior é o grande índice de analfabetismo político: pessoas que passaram por uma universidade, pensam que sabem das coisas, mas são os piores analfabetos que um País pode ter.

O que significa para a CUT-DF a filiação do Sinpro a esta Central?

Chico — É o fortalecimento de uma linha sindical que existe no Brasil hoje, a linha do sindicalismo democrático, sindicalismo de massa, desvinculado de partidos políticos, da igreja e do governo. É evidente e fundamental também o fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores com essa filiação do Sinpro. Esperamos que com isso outras entidades venham cerrar fileiras dentro da CUT. Os trabalhadores de saúde, que são da nova linha sindical, o Senalba, o sindicato dos escritores, dos jornalistas, dos radialistas, enfim, todos sindicatos que têm compromisso com a classe trabalhadora, a gente não tem dúvida que a filiação à CUT significa o fortalecimento dessa Central.

QN — Porque é importante os professores se unirem dentro de uma Central a camponeses, rodoviários, médicos, metalúrgicos, entre outros?

Chico — Olha, é uma questão importante. A Classe dominante sempre tentou dividir a classe trabalhadora em várias classes. Existe uma classe trabalhadora no Brasil, mas eles tentam dividir como se o professor, o rodoviário, o vigilante, o camponês, o médico, cada um fosse um tipo de trabalhador diferente. Enquanto isso, a classe dominante, a burguesia nacional, o empresariado, os militares estão unidos numa única classe, a dos explorados. E preciso que a gente tenha claro que de um lado nós somos a classe trabalhadora que são 90% da população brasileira e de outro lado são 10% da população brasileira que é a classe exploradora. Portanto não existem várias classes, existem categorias de trabalhadores. Agora, classe trabalhadora só existe uma.

Moções e Manifestações



Moacir Gadotti

Aos companheiros do Sinpro de Brasília

Muitos sindicatos e associações de professores em adiando a filiação a uma central sindical com receio de que isso possa vir a ser um fator de divisão. A nosso ver essa indecisão reflete muito mais a falta de clareza quanto ao caráter de trabalhador intelectual, que define a atividade do professor.

O Sinpro de Brasília, rompendo com essa neutralidade impossível e filiando-se à CUT — Central Única dos Trabalhadores — demonstra maturidade política e clareza quanto ao seu programa de ação. Esta clareza não divide: soma com a totalidade dos trabalhadores que desejam construir um movimento sindical autônomo e classista.

A filiação significa sobretudo, engajamento numa linha de ação política e, no nosso caso de educadores, significa ainda ter consciência da unidade entre as lutas pedagógicas e a luta principal pela emancipação da classe trabalhadora. Parabéns ao Sinpro de Brasília, dos companheiros, Paulo Freire e Moacir Gadotti.



À Diretoria do Sinpro-DF

A Coordenação do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT, reunida em São Paulo, no dia 19 de outubro, tendo tomado conhecimento da decisão do Congresso deste sindicato de filiar-se à Central Única dos Trabalhadores, vem saudar esta decisão, pois entende que isto significa de um lado, o fortalecimento da Central e, de outro, o fortalecimento da luta dos professores de Brasília que, ao integrar-se organicamente à CUT, passou a participar das decisões e lutas do conjunto dos trabalhadores do DF e do País. São Paulo, 21 de outubro de 1987. Saudações Sindicais. Delúbio Soares de Castro, Secretário de Política Sindical, Rosiver Pavan Secretária-Geral.



Carta de Repúdio e Exigência de Apuração de Responsabilidades As Lições de Goiânia

Companheiros,

Estamos diante de um acidente nuclear considerado o segundo maior do mundo, inferior apenas ao de Chernobyl, enquanto a sociedade brasileira assiste de mão atadas, e desenrolar dos

acontecimentos. Assistimos, até que ponto, o estado militarizado de posse de todo o seu autoritarismo, acima das instituições civis, acima dos interesses nacionais, joga o País no caminho da destruição nuclear. Não é necessário esperar pela explosão da primeira bomba para sentirmos seu efeito devastador. Em troca desse custo energético e bélico suicida que custa a metade da dívida externa que nos cobram, milhões de brasileiros estão vivendo em absoluta miséria; crianças morrem de subnutrição aos milhares por dia; milhões de outras perambulam orfãs pelas ruas de nosso País. Portanto, antes que nossa insensibilidade seja mais um alimento à essa política nuclear suicida, proponho:

— um repúdio à militarização do Estado;

— um repúdio à indiferença conivente dos partidos políticos que não se mobilizam contra esse abuso militar;

— a exigência imediata da apuração das responsabilidades por organismos civis não comprometidos com o Estado.

Aos companheiros deste I CONGRESSO, declaramos ao único protesto possível neste momento: um minuto de silêncio. Chico Morbeck.



Companheiros,

É com imensa alegria que o Sindicato dos Professores no DF vem manifestar a toda a categoria e à população em geral que a partir de hoje está filiado à Central Única dos Trabalhadores — CUT.

A decisão foi tomada por esmagadora maioria dos delegados professores presentes ao I CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, entendendo da necessidade da união da categoria com todos os demais trabalhadores deste País para conquistarmos juntos as mudanças econômicas, políticas e sociais que venham para beneficiar todo povo brasileiro.

A Central Única dos Trabalhadores caberá organizar nossas forças para essa união e propiciar que façamos mobilizações concretas pelas melhorias nas áreas de educação e saúde, pela reforma agrária, pela estatização do sistema financeiro e setores essenciais da economia, lutar por melhorias salariais, por mais casas populares, por transportes públicos baratos e de boa qualidade, contra a fome e a miséria.

Enfim, por uma transformação na ordem econômica desse País, que permita fazer valer os interesses de todo o povo e não de minorias.

Confiamos no nosso futuro de lutas juntos, agora, o Sinpro na CUT, o que significa mais um passo para a união de toda a classe trabalhadora. Brasília (DF), 18 de outubro de 1987. Sindicato dos Professores no DF.



Companheiros,

O I CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO-DF vem a público anunciar que os companheiros professores uniram-se aos auxiliares de

ensino na importante tarefa da construção da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Dessa forma aqui no DF, todos os trabalhadores em educação, juntam-se, dentro da CUT, às demais categorias de trabalhadores para lutar por transformações sociais que tirem o Brasil da miséria em que se encontra.

A história tem demonstrado a importância da educação nas mudanças de um País e assim sendo queremos reafirmar que não iremos abdicar dessa importante função que temos a cumprir, que é a construção de uma sociedade com direitos plenos e justiça social. Brasília (DF), 18 de outubro de 1987 — I Congresso dos Trabalhadores em Educação-DF.



Companheiros Cutistas,

A direção da CUT-DF vem manifestar aos delegados do I Congresso de Trabalhadores em Educação e, por extensão, a todos os trabalhadores dessas categorias o total apoio desta Central às resoluções deste Congresso que vem no sentido de fazer avançar a organização e a luta dos trabalhadores contra a injustiça, miséria, repressão, arrocho salarial e sobretudo contra a política de mentiras deste Governo ilegítimo da Nova República.

Temos certeza do compromisso das direções do Sindicato dos Professores e Auxiliares de Ensino com o encaminhamento dessas resoluções, fortalecendo, na prática as propostas que foram iniciadas na preparação deste Congresso que traduzem o fortalecimento da organização deste importante setor de trabalhadores.

Hoje a CUT fica mais forte porque a ela se agrega orgânica e politicamente mais uma importante entidade que é o Sinpro-DF. Esta decisão reflete a consciência que esta categoria tem de que sua luta precisa estar inserida na luta geral da Classe Trabalhadora.

A decisão de filiar-se à CUT ajudará, também, o fortalecimento da luta das demais categorias já filiadas: Auxiliares de Ensino, Rpdoviários, Gráficos, Odontólogos, Aposentados, Arquitetos e Vigilantes. Estas categorias que, no dia-a-dia, levam em confronto com a política repressiva do GDF que tem um objetivo claro de dificultar o avanço da organização independente dos Trabalhadores.

Tal decisão, no entender da CUT, significa aumentar a força de uma proposta sindical que cresce a cada dia exatamente pelo seu compromisso com as reivindicações imediatas e históricas da Classe Trabalhadora.

As responsabilidades do Sinpro-DF e da CUT aumentaram a partir deste Congresso, mas afirmamos com toda convicção a nossa disposição de dar cabo desta responsabilidade. Saudações Cutistas. BSB, 18.10.87.



Direção Estadual da CUT-DF.

Lazer no I Congresso

Neste I Congresso houve uma preocupação especial da comissão organizadora quanto à cultura e ao lazer. Assim, cuidou-se de preencher todos os intervalos entre plenários ou trabalhos de grupos com uma ou mais programações para os congressistas, sem contar que um conjunto fazia o fundo musical para o almoço e o lanche, além de termos animado o encerramento do congresso com um forró.

Programação

Vídeos: Tribunal da Terra, da CUT Nacional e TV do Trabalhador Como Era Velha a Nova República, de Nilson
Greve dos Professores de 1987 — Rede Pública e Escolas
Escolas Privadas, do Sinpro-DF
Teatro: A Flor da Terra, com Grupo da Terra, direção de Raimundo Rainero
Saltimbancos, Grupoira Nem Beira, Complexo B de Ceilândia, direção de Chico Morbeck
Floro Afro, Grupo de Dança do centro ed. 01 de Sobradinho
Exposições: I Exposição dos Auxiliares — Fotos da situação das escolas e artesanato



No encerramento, o Hino Nacional



Nos intervalos do Plenário, muita dança e descontração



O artesanato dos auxiliares foi muito procurado



Os atores da peça Os Saltimbancos

Todas as fotos publicadas neste jornal são do professor Vandervall